REVISTA MUNICIPAL

Ano XXIV — Número 97
2.º Trimestre de 1963

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA: Largo do Chafariz de Dentro (Pintura a óleo por Robert)

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRÁFICO
JOSÉ ESPINHO

DESENHOS DE
CARLOS O. PINTO
CARLOS FERREIRO
LEONILDO DIAS
JOSÉ ESPINHO

CAPA DE
LEONILDO DIAS

SUMÁRIO

A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA OFERECEU DOIS MIL CONTOS PARA AJUDAR A RECONSTRUÇÃO DA CIDADE DE LUANDA

A IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
ANTÓNIO MACHADO DE FARIA

RECORDAÇÕES DE UM VELHO DE BOA MEMÓRIA
JOÃO JARDIM DE VILHENA

ACONTECIMENTOS CITADINOS

LISBOA VEIO PARA A BAIXA ADMIRAR O ESPECTÁCULO DO DESFILE DAS MARCHAS POPULARES DE 1963

ROTEIRO TURÍSTICO DE ALFAMA
COSTA GARCEZ

LISBOA AGRADECIDA A MATOS SEQUEIRA

OLIVAIS (SUL)

HORS-TEXTE — *(ALFAMA)*

OS ARTIGOS PUBLICADOS NA «REVISTA MUNICIPAL» SÃO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

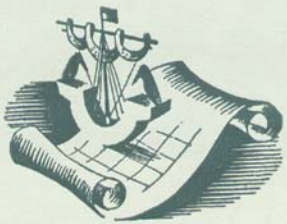
A Câmara Municipal de Lisboa ofereceu dois mil contos para ajudar a reconstrução da cidade de Luanda

A vereação da Câmara Municipal de Lisboa, num gesto de solidariedade que haveria de encontrar eco em grande número de Municípios do país, aprovou por unanimidade a proposta da Presidência concedendo à congénere de Luanda a verba de dois mil contos, destinada à reconstrução da cidade, duramente castigada por chuvas torrenciais e pelas enxurradas, que destruíram ou danificaram quase todos os arruamentos. Da catástrofe tomou conhecimento a gente portuguesa, com evidentes sentimentos de lástima, tanto mais que a descrição dos prejuízos e das perdas materiais ocorridas na capital de Angola não deixava lugar a dúvidas quanto à extensão e importância das destruições. E tanto bastou para que se criasse o clima emocional propiciatório a um movimento visando alcançar verbas destinadas a ajudar a Câmara de Luanda

na tarefa ingente e custosa de promover trabalhos de vulto e urgentes na linda e progressiva cidade.

O gesto do Município de Lisboa foi secundado por outras Câmaras metropolitanas e mereceu o aplauso unânime da gente portuguesa, que encontrou na decisão dos vereadores, secundando a iniciativa do Sr. General França Borges, a concretização da ideia que estava na mente de todos.

Não ficou o Governo indiferente ao voto expresso em sessão pública municipal. Reconhecendo e louvando a intenção, os Srs. Comandante Peixoto Correia e Prof. Silva Cunha, ministro do Ultramar e subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, foram aos Paços do Concelho e exprimiram ao presidente da Câmara Municipal o agrado com que haviam tomado conhecimento da medida aprovada. Esta simbolizava um testemunho da identidade das populações vivendo em terras distantes, mas no conjunto do território nacional e, por isso, comungando nas mesmas alegrias e nas mesmas tristezas. O voto de Lisboa significaria, como afirmaram os dois esclarecidos governantes, um acto colectivo, que seria secundado.



Frente da igreja vista por Luís Gonzaga Pereira

A IGREJA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

POR *ANTÓNIO MACHADO DE FARIA*

PREÂMBULO

É mal conhecida e mesmo confusa a história dos templos religiosos da Capital, já porque os escritores antigos nos deixaram deles escassa notícia, já porque o grande terramoto nos privou de, agora, suprirmos, em parte, a deficiência daqueles autores.

Curiosa circunstância nos leva a ocuparmo-nos da igreja de S. Sebastião da Pedreira, para cuja freguesia nos trasladámos há vinte e seis anos da de Santa Catarina. Da primeira, fomos paroquianos até se ter demarcado nova linha divisória entre ela e a de Nossa Senhora de Fátima, a que actualmente pertencemos. Não nos ocorreu durante o período em que a ela estivemos espiritualmente ligados tratarmos da sua história, mas há pouco tempo o Reverendo Prior interino, P.e Adelino Alves Genro, nos manifestou o seu interesse pelo passado do templo, do qual desejaria reunir subsídios para ficarem arquivados no cartório paroquial.

Louvável a ideia do Reverendo Alves Genro, porém, se havíamos de contribuir para ela ministrando cópias de alguns documentos, não seria mais útil fazer cuidadosa investigação, ordenar os subsídios obtidos e escrever, ainda que breve, um bosquejo histórico?

Pareceu-nos isto de muito maior proveito, quer para facilitar a curiosidade dos fregueses amigos do Passado, quer para tornar mais perdurável a documentação que se conseguisse reunir.

Aqui fica, pois, explicada a origem deste pequeno estudo ou, talvez, com maior propriedade, memória histórico-descritiva.

Nele se não encontrarão elementos para a monografia do território de que a igreja é cabeça. O trabalho de a traçar, porque será demorado, fica para quem tiver diante de si período mais longo do que nós.

Ao encerrar este breve prólogo é nosso dever exprimir sinceros agradecimentos ao reverendo prior interino por todas as facilidades que nos deu no exame do templo e no aproveitamento de quanto nele pudemos ainda encontrar de útil para a sua história, ao Reverendo P.e Joaquim Martins dos Reis a continuação do mesmo valioso auxílio e ao Sr. Joaquim Luís Cardoso a benevolência com que se prestou a dar-nos preciosas informações, fruto de cinquenta e seis anos de assistência na freguesia, à qual tem prestado grandes serviços.

O MÁRTIR S. SEBASTIÃO E O SEU CULTO

Antes de entrar na história da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, é justo e necessário que se diga alguma coisa relativamente ao culto do Santo patrono, pelo menos no século XVI, centúria da sua criação.

S. Sebastião, soldado romano do tempo do Imperador Diocleciano, desde o século III, em que viveu, até o VII, não teve culto na Península Hispânica.

Parece que o seu culto não deve ter atingido grande desenvolvimento na parte do Ocidente, onde se formou o reino de Portugal, pelo menos antes do século XVI.

A influência dos santos padroeiros — quer sejam de igreja paroquial, ermida, capela particular ou simples oratório — foi sempre grande no onomástico. Este, porém, na Idade Média, indica raros vestígios do nome de Sebastião, que veio do grego, dando *Sebastianus*, palavra cujo significado é «digno de veneração», «augusto» (1).

(1) *Antroponimia Portuguesa*, pelo Doutor J. Leite de Vasconcelos, Lisboa, 1928, pág. 62.

Um documento português de 1220 regista o nome de um *Sebastianus* (2) e outro de 1299 o de uma *Maria Savachaiz*, forma igual a *Savachãiz*, patronímico de *Savachão*, o mesmo que Sebastião (3), certamente em voz popular.

A incúria peculiar aos portugueses não permitiu que até nós chegassem numerosíssimos monumentos de vária ordem, que ilustrariam o Passado com informações copiosas e dariam provas do cultivo das artes, patenteando-nos peças que documentariam o gosto, a disciplina mental dos artistas, a munificência de quem as mandara fazer, a intenção religiosa e tantas outras coisas que são o substracto da matéria e deliciam os espíritos ávidos do conhecimento das épocas extintas.

Se por um lado o Tempo, que tudo consome, e os cataclismos, que tantos bens destroem, muito fizeram desaparecer, não é menos certo que não se podem imputar todas as perdas ao sismo de 1755, nem às invasões das tropas francesas porque eles têm servido, abusivamente, de bodes expiatórios para o desleixo nacional, acobertando actos que muita gente se envergonha de atribuir a antepassados, familiares ou estranhos, fugindo de macular o brio pátrio, para o qual tão pouco contribuem às vezes, e não lhe repugnando falsas atribuições, ainda que lançadas sobre um movimento irresponsável da Terra ou a cobiça imoderada dos estrangeiros.

A igreja paroquial de S. Sebastião da Pedreira não foi atingida pelo tremor que abalou Lisboa no século XVIII (4), motivo porque no seu cartório se devia encontrar ainda documentação da vida do templo e, possìvelmente, dos organismos a ele unidos. Todavia, se exceptuarmos os livros do registo paroquial, nada mais existe.

O Arquivo do Arcebispado poderia dar-nos algumas achegas, mas, infelizmente, sofreu iguais danos, acrescidos dos que lhe sobrevieram posteriormente a 5 de Outubro de 1910 pelo desalojamento do Patriarca do seu Paço de S. Vicente de Fora.

(2) *Onomástico Medieval Português*, por A. A. Cortesão, Lisboa, 1912, pág. 312. Indica o autor apenas o nome de um homem que vivia no ano referido, citando como fontes os *Portugaliæ Monumenta Historica — Inquisitiones*, pág. 196, 2.ª coluna, e a parte da mesma obra relativa aos *Diplomata et Chartæ*, vol. I, pág. 476.

(3) *Antroponimia Portuguesa*, pág. 112, mencionando como fonte a *Revista Lusitana*, vol. IX, pág. 276.

(4) *Mappa de Portugal*, pelo P.e João Baptista de Castro, 1.ª edição, quinta parte, Lisboa, 1758, pág. 718.

★

Supomos que são numerosas as relíquias do Mártir existentes em Portugal, pois em exame perfuntório encontrámos em Lisboa um braço que os soldados de Carlos V, na ocasião da campanha da Itália, em 1527, furtaram de uma igreja de Milão e que o Imperador mandou ao Rei D. João III, seu cunhado, o qual o entregou à guarda do Real Convento de S. Vicente de Fora, onde, desde o reinado de D. Manuel I, se venerava o Santo (5); um osso contido em braço de prata, doação de D. João de Borja, existente na Igreja de S. Roque, na capela dos Mártires (6); uma das setas do martírio banhada de sangue ou, apenas, um pedaço de ferro que lhe pertenceu, oferecida pelo Papa Gregório XIII ao Rei D. Sebastião, e que em cofre de prata estava no oratório do palácio dos Viscondes de Barbacena, próximo da actual Rua Nova do Almada (7), a qual veio acompanhada do breve *Permagnum est*, de 8 de Novembro de 1573 (8); um osso não especificado, que se encontra na igreja paroquial de S. Sebastião da Pedreira (9); uma relíquia indeterminada na capela real de S. Tomé, junto ao Paço da Ribeira, que por decreto régio foi sagrada aos 13 de Novembro de 1746 pelo Cardeal-Patriarca D. Tomás de Almeida, na qual o Bispo de Angola D. Fr. Manuel de Santa Inês, da Ordem dos Carmelitas Descalços, sagrou o altar dos Mártires S. Vicente, S. Sebastião e S. Roque e nele pôs as relíquias de S. Lourenço e S. Sebastião (10). Fora da capital encontrámos notícia de uma relíquia, também não definida, que existia na Igreja de S. Miguel, em Aveiro, já demolida, a qual se dizia ter-lhe sido oferecida por D. João III, quando houve peste naquela vila (11); de «o espinhaço», em Sacavém, no Mosteiro de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem de S. Francisco (12); de um osso na capela, antiga igreja paroquial, de Nossa Senhora dos Murtinhos, em Porto de Mós, num santuário do altar do lado da Epístola, que, conforme a tradição, foi trazido de Mérida, por 714, do convento chamado Cauliniana, pelo eremita Romano (13); de um pedaço do crâneo, em Tomar, dado por El-Rei D. Sebastião (14); e de uma relíquia que se guardava na Sé-Catedral de Coimbra, que ia na procissão anual desta igreja para a do Mosteiro de Santa Cruz, efectuada a 20 de Janeiro, conforme licença dada pela Rainha D. Catarina, de 26 de Fevereiro de 1555 (15).

Das relíquias mencionadas parte se terão, possìvelmente, já perdido, mas não vem a propósito averiguá-lo; basta que saibamos existir, ainda, a da igreja de S. Sebastião da Pedreira.

CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA E CONSTRUÇÃO DE NOVO TEMPLO

Foi, talvez, a relíquia que Carlos V enviou ao Rei D. João III a origem da maior expansão do culto do Mártir, pois não só o soberano português teve a oferta em grande conta, como ela, supomos, serviu para reavivar a veneração que se prestava em vários templos ao Santo, tanto mais que se atribuía à vinda do braço se ter aplacado a peste, que assolava o Reino.

Podemos, até, dizer que a seu neto e sucessor no trono foi imposto na pia baptismal o nome de Sebastião, mais pelo avô ser seu devoto, do que por o Príncipe haver nascido no dia do martírio do soldado romano, 20 de Janeiro, porquanto não estava então no uso, como mais tarde o havia

(5) *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa...*, tomo III, Lisboa, 1950, págs. 40 e 41.
(6) *Idem, idem*, pág. 204.
(7) *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, pelo P.e João Baptista de Castro, 2.ª edição, tomo III, parte V, Lisboa, 1763, pág. 209; e *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, pelo P.e D. António Caetano de Sousa, 2.ª edição, tomo III, Coimbra, 1947, pág. 356.
(8) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa — Provas*, tomo III, parte I, Coimbra, 1948, prova n.º 164, págs. 508 e 509.
(9) *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, tomo II, Lisboa, 1763, pág. 200.
(10) *Idem, idem*, págs. 98 e segs. e 194-195; e *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário*, por Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, vol. IV, Lisboa, 1874, pág. 283.
(11) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVIII, Lisboa, sem data, pág. 24.
(12) *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, tomo II, pág. 218.
(13) *Idem, ibidem* e *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VII, Lisboa, 1876, pág. 575.
(14) *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, tomo II, pág. 221.
(15) *A Procissão de S. Sebastião em Coimbra no Ano de 1568*, por A. da Rocha Brito, na «Feira da Ladra» — Revista Mensal Ilustrada, dirigida por Cardoso Marta, tomo VII, Lisboa, 1935, pág. 185.

de ser muito frequente, os baptizados tomarem o nome do santo venerado na féria do seu nascimento, visto a tradição obrigar que, com a água lustral, se desse a quem a recebia o nome de um antepassado, próximo ou mesmo já afastado.

As duas circunstâncias, a da devoção avoenga e a de estar ligado ao Mártir, por vir ao Mundo debaixo do seu patrocínio, levaram o Rei D. Sebastião a, por várias formas, lhe prestar culto.

Um dos meios utilizados para tal fim foi o de levantar um templo em sua honra não muito longe do paço real, que, então, era na Ribeira.

Não se tratava do primeiro que o Reino teria na Capital. Prometera o jovem Rei erguer ao Mártir na ocasião da peste que lavrou em Lisboa no ano de 1569 um templo no local em que se encontrava a ermida de Nossa Senhora da Saúde, na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, na Mouraria, paróquia que se desmembrara da de Santa Justa, por 1596, no governo do Arcebispo D. Miguel de Castro, tomando por sede a ermida erecta e dedicada pelos artilheiros a S. Sebastião, a qual mais tarde se denominou de Nossa Senhora da Saúde, cuja imagem para aí foi em 20 de Abril de 1662, ao fim de noventa e três anos de estadia na fronteira igreja dos Meninos Órfãos ([16]).

Por tal motivo, a nova freguesia se chamou de S. Sebastião da Mouraria enquanto a ermida foi suficiente para albergar os fiéis, mas aumentando o número destes houve necessidade de construir outro templo, próximo, a que foi dado o nome de Nossa Senhora do Socorro, e para ele se transferiu aos 29 de Setembro de 1646 o Santíssimo Sacramento, em procissão saída da mencionada ermida, de onde também foi levada a imagem da que ia ser padroeira da freguesia ([17]).

El-Rei D. Sebastião na ocasião da peste de 1569 mandou começar as obras do templo que prometera, intento a que associara a Câmara da cidade, que, parece, não terá entrado nele com muito empenho, pois não as executou logo, o que levou o Monarca a mudar de intenção, escolhendo novo lugar para cumprimento da sua promessa: o Terreiro do Paço, do lado nascente, junto do Cais da Pedra, isto é, próximo da Alfândega.

([16]) *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, tomo III, parte V, págs. 433, 437 e 438.
([17]) *Idem, idem*, pág. 433.

Era destinado a guardar o braço de S. Sebastião que seu avô o Imperador Carlos V mandara a D. João III. Seria obra de muito custo, a maior de Lisboa, que o Soberano projectava ligar ao paço real por uma varanda saída das do palácio, pelo lado do rio, a fim de ele, a avó, Rainha D. Catarina, e suas damas ouvirem missa ([18]).

É possível que a sua ideia fosse de este templo substituir a capela real, que El-Rei D. Manuel I muito enriquecera, mas não tanto que seu descendente o magnânimo D. João V não tivesse, ainda, podido torná-la mais opulenta ([19]).

Em Março de 1571 começou a abertura dos caboucos e a 19 de Abril se benzeu a primeira pedra, levada pelo Rei e pelo Cardeal D. Henrique numa padiola, pondo o Senhor D. Duarte a segunda e depois os fidalgos, pela devida ordem, as outras ([20]).

Progrediu o edifício e ia já quase em meio, com as capelas armadas, quando pararam as obras, no tempo do Cardeal-Rei, que em 10 de Fevereiro de 1579 passou uma carta a conceder 1000$000 réis para a igreja de S. Vicente de Fora. Nela dizia que seu sobrinho D. Sebastião, em cumprimento de promessa, mandara construir uma igreja até os termos em que «ora estaa e por algumas causas que sobrevieraõ se naõ procedeo mais na dita obra nem se deo ordem como se podesse fazer e acabar...».

Por ordem de D. Filipe I foi cancelada a doação atrás referida a 26 de Abril de 1582, aplicando aquela quantia às obras do mosteiro de S. Vicente de Lisboa, onde se haveria de fazer juntamente casa do bem-aventurado S. Sebastião, em lugar diverso de onde estava começada. Então, se passou novo padrão aos padres do sobredito mosteiro, conforme elucida a cota respectiva, assinada por Gaspar Maldonado ([21]).

Os depositários do braço do Mártir — os cónegos de S. Vicente de Fora — por a igreja do seu mos-

([18]) *Memorial de Pero Roiz Soares*, vol. I, Coimbra, 1953, págs. 48 e 49.
([19]) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. V, Lisboa, sem data, pág. 797, citando o *Mappa de Portugal*, tomo III, págs. 98 e segs.
([20]) *Ibidem*. Acerca das obras da igreja que D. Sebastião prometeu erigir vejam-se os *Elementos para a História do Município de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira, 1.ª parte, tomo I, Lisboa, 1882.
([21]) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Chancelaria de D. Sebastião e D Henrique*, livro 42, fl. 167.

teiro ser muito antiga e necessitar reedificação, pediram ao novo monarca lhes desse a pedraria do malogrado templo para com ela fazerem o seu, ao que o Rei acedeu, concedendo-lhes, ainda todos os anos certa verba para ajuda das obras, começadas em 25 de Agosto de 1582 ([22]).

Por esta transferência de materiais as pedras dos frisos da cimalha real têm setas passadas em aspa, emblemas alusivos ao padroeiro da igreja do Terreiro do Paço ([23]).

Na freguesia da Sé houve uma ermida de S. Sebastião, fundada em 1471, que deu o nome ao arco que servia de remate na sua parte inferior à Rua do Armazém Velho, o qual ficava muito próximo da ermida, situada na esquina da Rua da Padaria e da Rua de Cima da Misericórdia ([24]).

O ano da criação da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, assim como aquele em que se fundou a igreja matriz foram desconhecidos dos escritores antigos. Quanto ao da primeira nada dizem e a respeito do segundo mencionam datas bastante afastadas, entre as quais medeia quase meio século. Não podemos, pois, tomar por informadores nem o P.e António Carvalho da Costa, nem o seu colega João Baptista de Castro, cujas obras são, geralmente, utilizadas como fontes mais acessíveis e das poucas que existem para a história monográfica do Reino e, sobretudo, da Capital, visto conterem muitas notícias, e a do primeiro haver saído a público antes do grande terramoto ([25]).

Se parte dos documentos se perderam, é certo que nem todos se arruinaram com a cidade. Por outro lado, a sorte favoreceu-nos, porquanto a investigação poderia ser de resultados nulos, o que não é raro. Não só encontrámos diplomas das chancelarias reais, mas a memória do pároco de S. Sebastião da Pedreira em 1760 enviada em resposta ao questionário que o P.e Luís Cardoso mandou a todas as freguesias, notàvelmente bem feita.

Da felicidade de existir esta peça do grande inquérito e traçada pela forma que se verá nos podemos regozijar ([26]).

Numerosas freguesias de todo o país não as possuem, devido a incúria dos párocos, não atendendo ao que lhes era pedido, ou a extravio, assim como muitíssimas das existentes são fracas a respeito de todas as informações pelo que servem para pouco.

★

No sítio da Pedreira, a norte de Lisboa, existia uma ermida de S. Sebastião, santo a quem os moradores da Rua das Arcas, na freguesia de Santa Justa ([27]), «tomarão para protector a fim de os livrar do mal da peste, que naquele tempo havia na cidade» ([28]). Que tempo foi esse não podemos conjecturar ao certo, porque várias pestes assolaram a Capital na segunda metade do século XVI.

Começou em 7 de Junho de 1569 a chamada peste grande, que parece ter causado 50 000 vítimas em Lisboa; principiou outra em 10 de Setembro de 1579, matando 40 000 pessoas; e alastrou uma terceira a partir de 15 de Outubro de 1598, a qual se diz haver provocado mais de 80 000 mortes, mas esta não vem ao caso por ser tardia ([29]).

Como se vê, todas elas foram calamitosas, mas talvez devamos tomar a primeira como origem da devoção dos moradores da Rua das Arcas, pois em aspecto temeroso não aparecia desde os fins do século XV ([30]), o que a tornou mais assustadora e levou a maior recurso ao santo como advogado contra o terrível mal.

As promessas feitas pelos moradores daquela rua em tão apertada conjuntura seguiram a do mo-

([22]) *Memorial* citado, no mesmo lugar.
([23]) *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, tomo III, parte V, pág. 443.
([24]) *Idem, idem*, pág. 360, baseando-se no *Summario em que se Contêm Algumas Cousas (Assim Eclesiasticas Como Seculares) que Há na Cidade de Lisboa*, Lisboa, sem data, por Fr. Cristóvão Rodrigues de Oliveira.
([25]) Respectivamente *Corographia Portuguesa*, 1.ª edição, (1712) e 2.ª edição (1869), e *Mappa de Portugal*, 1.ª edição (1758) e 2.ª edição (1763), esta com o título de *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*.

([26]) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Dicionário Geográfico de Portugal*, tomo XX, págs. 917 e segs.
([27]) A Rua das Arcas pertencia à freguesia de Santa Justa e ligava o largo junto da igreja de S. Nicolau com a Praça da Palha, esta situada aproximadamente a meio da distância que havia até o canto sudoeste do Rossio.
Depois, foi da freguesia de S. Nicolau e com a reconstrução da parte baixa da cidade, desapareceu. Ver Documento IV, n.º 4.
([28]) Documento IV, n.º 4.
([29]) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira;* vol. XXI, Lisboa, sem data, pág. 500; e *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, já mencionado, págs. 381 e 388.
([30]) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, ibidem.*

Frente e esquerda da igreja no estado actual

narca, pedindo a intercessão do seu patrono com a de lhe construir um grandioso templo na Capital.

Fossem os moradores da longínqua rua em conjunto ou sòmente os carpinteiros dela, como pretendia João Baptista de Castro ([31]), eles, por voto solene, prometeram ir todos os domingos com um sacerdote que celebrasse missa na ermida de S. Sebastião da Pedreira e de nela festejarem o santo aos 20 de Janeiro, dia do seu martírio, saindo da freguesia de S. Nicolau na véspera, em procissão, na qual levavam a sua imagem «em hum bem ornado andor» e conduzindo em outro o Menino Jesus, acompanhados de uma comunidade de religiosos e de toda a sua irmandade, com uma relíquia do Santo Lenho debaixo do pálio. Chegados à ermida se cantavam vésperas com toda a solenidade e no dia seguinte, depois de terminada a missa festiva, que concorria com o sagrado Lausperene, voltavam em igual procissão à sua freguesia.

A promessa foi cumprida rigorosamente pelo menos até 9 de Janeiro de 1760, com a diferença que depois de 1 de Novembro de 1755 já não saía da igreja matriz de S. Nicolau, porquanto o terramoto «reduzio com fogo a cinzas muitos templos entre os quais foy a dita fregvezia». Passou, desde esta data, a procissão a sair e a recolher-se «sempre com a mesma solemnidade da freguezia ou templo para donde se encaminha a milhor comodidade», conforme dizia o pároco de S. Sebastião da Pedreira na sua informação ([32]).

★

A ermida a que tão ligados se encontravam os moradores da Rua das Arcas era, pois, já antiga quando se fundou a freguesia de S. Sebastião da Pedreira, vetustez que os escritos que falam nesta assinalam. Devia-se ter construído anteriormente a 1569, visto neste ano, como nos parece mais provável, se haver feito a promessa atrás referida.

O Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, pelos anos de 1590, para criar esta freguesia, erigindo a ermida em matriz, desanexou o seu território da de Santa Justa, o que fez, também, para outras mais circunvizinhas. Por tal razão, ao prior e beneficiados da paróquia-mãe pertenciam ainda em 1760 parte dos dízimos da nova freguesia.

Foi apresentado como primeiro cura o P.e António Vaz, que o mesmo arcebispo depois elevou a vigário colado «pelos serviços que a Deus fazia em administrar os vltimos sacramentos a muitos empestados qve da cidade vinhão convalescer aos distritos desta fregvezia» ([33]), certamente por ser «sitio muito aprazivel e lavado do norte» ([34]).

Quando morreu este pároco lhe sucedeu na vigairaria Paulo Carreiro de Almada, que foi colado pelo Pontífice, e «no seu tempo se fundou de novo a igreja» actual ([35]).

([31]) *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.ª edição, tomo III, parte V, pág. 431.

([32]) Documento IV, n.º 4.
([33]) *Idem*, n.º 5.
([34]) *Idem*, n.º 2.
([35]) *Idem*, n.º 6.

Por 1603, como supomos, senão antes, se devem ter dirigido o juiz e oficiais da igreja de S. Sebastião da Pedreira ao Rei D. Filipe II, alegando que ela «estaua muito danjficada e pera cair e porque era neçessario derrubar-se e fazer se de nouo, e assy era mandado em muitas vesitações e se não podia fazer sem se fintarem os fregeses da dita jgreja conforme a suas fazendas» e pedindo lhes mandasse passar provisão para cobrança da finta. Para despachar o requerido o Soberano ordenara, prèviamente, ao Provedor das Capelas se informasse do alegado na petição e mandasse «fazer as traças da jgreja que de nouo se auia de fazer e se fizesse orçamento do que poderja custar a obra della». Este comunicara ao Rei que havia necessidade de proceder à obra mencionada, conforme a traça a ela conveniente, a qual orçaram em 2350$000 réis Brás Cardoso e Gaspar Gonçalves, mestres de obras de pedraria e carpintaria, que, perante o Provedor, juraram aos Santos Evangelhos.

El-Rei atendeu a petição e por alvará passado em Lisboa aos 3 de Janeiro de 1604 ao Provedor das Capelas da cidade mandou-lhe lançar a finta a «todos os mosteiros e pesoas da dita fregesia que no seu lemite della tjuerem fazendas de qualquer calidade e condição que sejão».

A finta seria lançada sobre todos os moradores da freguesia de S. Sebastião da Pedreira possuidores de «casas, quintas, ortas oljuaes, e outras quaesquer fazendas de rais, e as alugarem e arrendarem», as quais «pagarão do aluguer e renda dellas a rezão de cinquo por cento, e pela mesma maneira, e ao dito respeito de cinquo por çento pagarão as pessoas que ujuerem em casas, quintas ortas e oliuaes e outras quaesquer fazendas e propiadades suas propias que não tiuerem alugadas nem arendadas, e isto sendo lhe os ditos alugueres e rendas das ditas propiedades aualjadas por pessoas que o bem emtendão assy como se estiuerão arendadas e alugadas por seus donos e senhorjos», tudo especificado no mesmo diploma.

Não foram excluídas da finta as pessoas que na freguesia e seu limite viviam em casas de aluguer, por não possuírem casas próprias, pois os mesmos avaliadores, ajuramentados aos Santos Evangelhos pelo Provedor estimariam suas fazendas e os que as tivessem no valor de 100$000 para cima de 400 réis e daí para baixo até 50$000 réis, 300 réis «e dos ditos cincoenta mil reis pera bajxo pagarão a çem e a sesenta, trynta e vinte a soldo a ljura como mjlhor pareçer segundo a posse e ujuenda de cada hum porque os que na dita fregesia tiuerem casas posto que ujuão em outras daluguer não paguarão senão pelo aluguer das suas propias casas ao dito respeito de cinquo por çento».

Também se incluíram na finta «os foros das casas, quintas oljuaes, ortas e outras quaesquer propiedades que na dita fregesia estiuerem», pagando os senhorios delas à razão de cinco por cento.

Ordenou El-Rei ao Provedor que houvesse um escrivão e recebedor do dinheiro da finta, os quais seriam eleitos por este oficial com a condição de que «serão pessoas de tanto credito e confiança que possa estar bem seguro o dito reçebimento pera o qual auera hum liuro numerado e assjnado por vos com declaração de quantas folhas tem em que seia caregado todo o dito dinheiro que ouuer e se arrecadar da dita finta e avera nelle titolos apartados a saber hum do dinheiro que se tjrar pelos alugueres das casas e outro do que pagarem as pessoas por suas fazendas e outro das esmolas que se derem pera a dita obra os quaes titolos se farão com todas as declarações que vos pareçerem neçessarias e asy avera outro livro numerado e asynado pela dita maneira em que se escreua toda a despesa que o dito recebedor ade fazer do dito dinheiro pera pelos ditos liuros auer de dar conta como entregua de tudo o que reçebeo e despendeo».

No diploma se determina que o dinheiro se não gaste em outra coisa alguma que não seja nas obras da igreja «para que somente conçedo esta licença», diz o Soberano ao Provedor e «asy como se for arrecadando por vossa ordem se entreguara ao mestre das obras da dita jgreja do qual tomareis conta como a dita obra fora acabada ou nos tempos que vos mjlhor pareçer vendo os ditos livros e sabereis se se despendeo em outras cousas e achando que se fez a dita finta e apljcou o direito della conforme a este aluara o leuareis em conta e pelo contrairo proçedereis nisso na forma delle e como sois obrjgado por bem de vosso regimento e de minhas ordenações».

Como era hábito, não foi esquecido que «avera huma arca em que se meta o dinheiro que se

arrecadar desta finta que tera tres chaues com fechaduras de djferentes guardas das quaes tera o prouedor huma e outra o thesoureiro e outra o escrjuão, e quando se ouuer de tirar dinheiro da dita arca estarão todos prezentes».

Tudo foi devidamente acautelado, tanto para bem da obra, com as necessárias precauções para não haver desperdício do dinheiro cobrado, como para segurança dos fintados, pois se lhes mandava passar recibos, *conhecimentos* como então se dizia, discriminando-se a forma de os fazer.

Não se respeitaram privilégios de categoria, porquanto se mencionou «que do dito lancamento se não possa escussar pessoa alguma de qualquer caljdade e condição que seja posto que sejão pessoas de titollo ou fidalgos, ou desembargadores sem embargo de quaesquer perujlegios, liberdades, jsenções e prehemjnencias que tenham posto que dos tais lançamentos os escuze e faça expressa e particular menção que não pague para a obra da dita jgreja e de quaesquer outras clausullas derogatorjas que seus preujlegios tenhão porquanto por asy se fazer em tempo dos reis meus anteçessores em semelhantes lançamentos o ey assj por bem».

A escusa de pagamento das pessoas privilegiadas não lhes aproveitava, porque no alvará se previa tal facto, mandando o Rei se fizesse execução nas suas fazendas e rendimento delas pelas quantias que lhes cabia pagar à razão de cinco por cento, fossem elas dos senhorios ou dos alugadores, a fim de que «com toda a breujdade posiuel paguem todos huns e outros e se possa fazer a dita obra pera a qual fareis dar todos os officiaes, serujdores e materjaes que forem neçessarios os quais lhe não serão tomados por pessoa alguma amdando na dita obra e toda ajuda e fauor que comprir assi pera arrecadação do dinheiro da dita finta como pera se acabar a obra com a breujdade que conuem». Quem fizesse o contrário incorria em pena de cem cruzados, de que metade seria para os cativos e outra metade para a dita obra, ficando os prevaricadores sujeitos a execução.

Um dos oficiais escolhidos pelo Provedor daria mensalmente conta ao Arcebispo do andamento da obra e do que nela se fazia.

Interior do templo

O alvará teria efeito para mais de um ano, sem embargo do disposto na Ordenação, o que parece indicar se prever que a obra duraria alguns, já pela insuficiência da finta cobrada em um só, já pela demora dos trabalhos, pois então eram, geralmente, lentos ([36]).

Em 27 de Novembro de 1620, data de um alvará do mesmo rei, a capela-mor não estava pronta, porquanto se diz nele terem Francisco Esteves e Lourenço da Costa, juízes superintendentes das obras da igreja, pedido autorização de dar «a Dona Fillipa de Tauora pera ella e susessores de seu morgado a capella mor da dita jgreia noua com declaracão que a dita Dona Fillipa pagara o custo que ategora se tem feito na dita capella mor, e a sua custa a acabara e prefeissoara na forma das tracas que delle se tem feito». Isto, todavia, só «quando aos freguezes da dita jgreia poderem vzar liuremente da dita capella mor em todo o seruisso do culto deuino», devendo assistir o provedor dos Resíduos da cidade e quatro fregueses da mesma igreja, que ele escolhesse, dos quais seriam dois nobres e os outros dois de menor condição.

No referido alvará se diz que «pera a dita capella mor se tresladara o corpo do patriarca Dom João Bermudes que esta na jgreia uelha» ([37]). Embora o local indicado fosse na capela-mor, a sepultura do Patriarca não ficou aí, mas da parte debaixo dos degraus da entrada para ela ([38]) onde ainda se encontra.

Quando em 1954 se levantou o pavimento da igreja, que era soalhado e passou, lastimàvelmente, a ser de tacos de madeira, ficou à vista a campa de D. João Bermudes, que tinha a seguinte inscrição, lida pelo académico Sr. José Maria Cordeiro de Sousa, acompanhada do brasão de armas respectivo ([39]):

SEPULTURA DO PATRIARCA DALEXANDRIA
DOM IOÃO BERMVDES FALECEO NO ANNO
DE 1570 TRESLADARÃO SE OS OSSOS EM
16 DE OUTUBRO DE 1653.

([36]) Documento I.
([37]) Documento II.
([38]) Documento IV, n.os 14 e 16.
([39]) *A Sepultura do Patriarca da Alexandria*, no «Boletim da Junta da Província da Estremadura», série II, n.os XXIX a XXXI, correspondentes ao ano de 1952, Lisboa, pág. 66.
O traslado do Sr Cordeiro de Sousa mantém as abreviaturas e foi feita por linhas, de harmonia com a disposição da lápida. Nós, conforme o princípio que defendemos em *Da Publicação Epigráfica*, trabalho publicado no «Arquivo Histórico de Portugal — Revista de Cultura», por nós dirigida, I Série, vol. V, Lisboa, 1944, págs. 229 a 235, embora utilizando a lição do distinto epigrafista, desenvolvemos as abreviaturas e não separamos as linhas.
Igual procedimento seguimos noutras transcrições.
A biografia do enigmático Patriarca, personagem de discutidas intenções, pode-se ver no mencionado trabalho de Cordeiro de Sousa e no de Elaine Sanceau *Em Demanda do Preste João*, tradução do Dr. José Francisco dos Santos, cuja 2.ª edição, anotada pela autora, é do Porto, 1944.
Em várias obras antigas existem elementos biográficos, certamente já todos aproveitados, assim como no Documento IV, n.os 14, 15 e 16.
A descrição feita pelo Sr. Cordeiro de Sousa das armas do Patriarca da Alexandria não permite reconstituir o que estava no escudo, nem sequer admite uma interpretação razoável.

O Rev. Prior Monsenhor António de Oliveira Reis mandou abrir a sepultura para exame dos ossos, verificando-se estarem nela enterradas diversas pessoas ([40]). Lavrou-se auto do que então se observou, datado de 14 de Setembro de 1954 ([41]).

A memória paroquial de 1760 diz que o corpo do Patriarca se enterrou em 1570, ano da sua morte, em humilde sepultura que mandara fazer à porta da ermida de S. Sebastião, de onde foi trasladado para a igreja nova na data inscrita na campa ([42]).

Não devemos, todavia, pôr de parte as duas datas que os autores antigos indicam — 1608 e à volta de 1652 — como fundação da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, porque eles, decerto, as tomaram de qualquer fonte pouco explícita e as aplicaram mal.

D. Filipe II, no seu alvará atrás mencionado, mandou, em 1604, que tanto na cobrança da finta como no acabamento da obra, se procedesse «com a breujdade que conuem», a qual não seria, contudo, muito curta, atendendo a que levariam considerável espaço de tempo a fazê-la, porquanto

([40]) Conforme se lê no Documento IV, n.º 16, o corpo de D. João Bermudes ao ser trasladado estava «sem máo cheyro, e com a mayor parte das sagradas vestes pontificays incorruptas». Se passados oitenta e três anos assim se encontrava, parece que ao abrir-se a cova em 1954 ainda se deveriam achar elementos de identificação, caso se procedesse com as cautelas científicas postas nas escavações de carácter arqueológico. O facto de na mesma sepultura terem enterrado posteriormente (ou anteriormente?) outras pessoas não era impeditivo de se separarem, por grupos os ossos ali jacentes.
A «forma atrabiliária» por que fora transferido da antiga sepultura, como diz o auto — Documento V —, não se coaduna com a informação de o corpo estar incorrupto, pois, ainda que no fundo da cova estivessem ossos de anteriores enterramentos, os do Patriarca não se misturariam com eles. Depois da deposição do seu corpo nesta última sepultura não é lógico que se lançassem outros sobre ele, estando debaixo de campa com inscrição e armas que assinalavam ser sua cova própria.
([41]) Documento V.
([42]) Documento IV, n.º 16.

podemos, sem esforço, admitir que se acabou em 1608, o primeiro dos anos apontados pelos escritores setecentistas. A outra data, por meados do século pode corresponder ao fim de alguma obra que não tivesse terminado naquele ano ou a qualquer remodelação ou acrescentamento importante feito então.

Esta obra, supomos, terá sido o acabamento da capela-mor imposto a D. Filipa de Távora pela concessão dela para servir de cabeça de um seu vínculo, pois só depois de pronta e de aberta ao culto dos fregueses se fariam as escrituras. Entrava-se, então, na posse da capela-mor e se trasladaria o Patriarca, como parece lógico depreender, visto o assunto vir tratado no citado alvará e indicar a mesma capela para local da sepultura de D. João Bermudes, a mudar da igreja velha, ou seja a ermida.

À trasladação procedeu-se nos fins de 1653, data que se conjuga bem com a frase do P.e João Baptista de Castro «pelos annos pouco mais ou menos de 1652» ([43]).

OUTRAS OBRAS E DESCRIÇÃO DA IGREJA

Quando a igreja paroquial se fundou o sítio do seu assento era «alto & alegre» ([44]), «muito aprazivel e lavado do Norte» ([45]). Presentemente, o seu bucolismo diminuiu, pois a paisagem perdeu o ar campestre que tinha então, com poucas ruas em que as casas não seriam muitas e grande o número de quintas. Da torre da nova igreja e, mesmo, do adro, avistava-se para o Norte a Serra de Sintra e para o Sul a vila de Almada e parte da Serra da Arrábida ([46]), panorama que os edifícios modernos construídos à sua volta encobriram.

A área da freguesia, desmembrada da de Santa Justa, era vastíssima; confrontava, a Sul com as de Nossa Senhora da Pena e de S. José, a Nascente com a de Nossa Senhora dos Anjos, a Norte com a dos Santos Reis, do Campo Grande, e a Poente com as de Nossa Senhora da Ajuda, do lugar de Belém, e de Nossa Senhora do Amparo, do lugar de Benfica ([47]).

Abrangia os sítios que se denominavam Chafariz do Andaluz, Marechal, Ponte de Palhavã, Piedade, Rua Nova das Picoas, Rua Direita, Rua do

([43]) É duvidoso que o alvará de 27 de Novembro de 1620 tenha produzido os seus efeitos quanto à autorização que o Rei deu aos juízes superintendentes das obras da igreja de eles poderem conceder a D. Filipa de Távora e sucessores do seu vínculo a capela-mor, com a condição de a acabar. Talvez o acabamento não estivesse a seu cargo, pelo menos até o fim, por lhe terminar a vida antes do termo da obra ou o dinheiro para ela.

Duas senhoras de igual nome e, certamente, próximas parentas, viviam então na freguesia: uma faleceu a 14 de Setembro de 1621, deixando testamento, do qual foram executores seu sobrinho Fr. Álvaro de S. Pedro, de Nossa Senhora de Jesus, e Maria de Jesus, freira do mosteiro de Santa Mónica (Arquivo dos Registos Paroquiais — Lisboa, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, *Livro dos Defuntos* começado em 1597, fl. 19 verso); outra morreu no ano de 1630, em dia e mês que não foram indicados no assento, viúva, nora de António da Cunha, moradora adiante de Palhavã, sem deixar testamento «por não ter de que», enterrada em S. Francisco da Cidade (*Idem, idem, idem*, fl. 29).

Esta última é que parece ser a pretensa acabadora da capela-mor, a quem se atribui a trasladação do corpo do Patriarca da Alexandria, seu tio, conforme corre, pois vimos algures ter sido casada com um Cunha.

Se fosse a primeira D. Filipa de Távora a de que fala o citado alvará não teria tempo de concluir as obras em sua vida; se a segunda, disporia de mais uns oito a nove anos para a empresa. Mesmo assim, não a haveria concluído, pois se estivesse pronta em sua vida a trasladação dos restos de D. João Bermudes ter-se-ia feito, como estipulava o diploma régio, o que sòmente se executou vinte e três anos depois.

Do exposto concluímos: 1) pouca probabilidade em à referida senhora se haver concedido a capela-mor para cabeça de um vínculo, conforme se depreende da obrigação imposta «a ella e sussessores de seu morgado»; 2) haver quase a certeza de que as obras desta parte do templo só ficaram prontas em 1653 ou muito pouco antes, por no referido ano se ter feito a trasladação; 3) que esta não se fez por iniciativa de D. Filipa de Távora, visto o sobredito alvará a mencionar como vontade do monarca, e, também, porque se ela a promovesse é natural que o facto constasse da epígrafe gravada na campa, conforme se usava; 4) a mencionada senhora morreu sem bens, circunstância que explica não ter tomado a seu cargo a obra ou, pelo menos, não a haver concluído 5) este facto estar reforçado pelo de a mesma senhora se enterrar no mosteiro de S. Francisco da Cidade, onde, naturalmente, sua família possuía sepultura própria e não em a capela-mor de S. Sebastião, pois seria lógico ficar nesta em cova destinada a ela e, possìvelmente, aos sucessores do vínculo, tudo de harmonia com o costume de então; 6) não saber o pároco P.e Urbano de Melo, ao menos por tradição, que D. Filipa de Távora interviesse na construção da capela-mor ou na trasladação acima mencionada, porquanto não alude ao assunto, nem sequer fala nesta senhora.

O P.e António Carvalho da Costa em 1712, data da primeira edição da sua já citada *Corografia*, isto é quarenta e oito anos antes da memória paroquial, também não fala em D. Filipa de Távora e quanto à mudança de sepultura de D. João Bermudes diz, apenas, que «mandou o sepultassem na antiga Ermida de S. Sebastião, donde o tresladarão depois para esta Igreja» (pág. 410), forma vaga à qual não se pode atribuir sentido especial, mas o de notícia vulgar. Foi o P.e João Baptista de Castro quem, na primeira edição do *Mappa*, atrás referida e publicada em 1758, informou que os ossos de D. João Bermudes foram transferidos por ordem de D. Filipa de Távora, sua sobrinha, para o cruzeiro da capela-mor da nova igreja (quinta parte, pág. 717).

([44]) *Corografia Portugueza*, 1.ª edição, tomo III, pág. 429.
([45]) Documento IV, n.º 2.
([46]) *Idem*, n.º 21.
([47]) *Idem*, n.º 3.

Rebelo, Sete Rios, Convalescença, Cruz da Pedra, Ponte Velha, Laranjeiras, Palma de Baixo, Palma de Cima (só parte), Rego, Campo Pequeno, Arco do Cego, Cruz do Tabuado, Vale do Pereiro (parte), Campolide (parte), Ribeira de Alcântara (parte), o lugar de Pai Silva, S. João dos Bem-Casados, Rua de S. Francisco Xavier e a Travessa que ia para a Carreira dos Cavalos. Algumas destas ruas e sítios não existiam, de certo, no começo da paróquia, mas é, agora, impossível determinar as datas do seu aparecimento. Assinalam-nos o P.e Carvalho em 1712 e a memória paroquial de 1760 ([48]).

O templo da Pedreira não é grande, nem rica a frontaria, onde sobre o pórtico de tímpano triangular interrompido, se eleva uma pirâmide adossada, terminando em bola da qual sai uma cruz. Na base daquele encontram-se três setas alusivas a S. Sebastião, atravessando uma coroa aberta. Ao cimo, abrem-se dois janelões que ladeiam a pirâmide. O frontão, simples, tem um óculo redondo, encimado antigamente por uma cruz de pedra, substituída em 1947 por outra de ferro, em virtude de a primitiva se encontrar partida ([49]).

Está voltada para o Poente e tem duas portas laterais, uma do lado do Norte e outra virada ao Sul, mas esta, presentemente, já não comunica com o exterior.

Encostadas à frontaria, na qual penetram em parte, há duas torres, cada uma com três frestas de frente e outras tantas do lado. A torre direita ficou completa, com seu campanário e dois sinos ([50]), mas a da esquerda não passou acima da cornija. Não resta dúvida que estava no projecto elevá-la à altura da outra e pôr-lhe sinos. Atestam-no o desenho da obra de Gonzaga Pereira ([51]), onde se vê parte da cantaria de uma das antas acima da base, e, interiormente, vestígios de escada, por alturas do coro.

Entre a estampa atrás mencionada e a frente actual da igreja, notam-se, ainda, pequenas diferenças: pináculos de pedra nos ângulos superiores da torre, sobre a sua cornija, em paralelepípedos terminados em bola; o coruchéu, encimado por cruz de pedra em vez de catavento de ferro; a construção de alto parapeito sobre o frontão e a base da torre da esquerda, parapeito sem justificação e que não trouxe beleza ao templo, construído, ao que parece, quando se fez a limpeza de todo o frontispício, em 1947 ([52]).

No desenho de Gonzaga Pereira há notável falta de perspectiva, vendo-se a construção baixa feita junto da frontaria esquerda com duas faces livres, a da frente e a da direita. Isto não corresponde à verdade, porquanto tal anexo se encosta completamente à igreja. A porta e a janela que se apresentam na sua parede lateral direita não lhe pertencem, mas à própria parede do templo, como se pode verificar comparando a sobredita estampa

Capela-mor no estado actual

([48]) *Corografia Portugueza*, 1.ª edição, lugar citado; e Documento IV, n.º 2.
([49]) Informação contida em uma pequena memória elaborada pelo Sr. Joaquim Luís Cardoso.
([50]) Documento IV, n.º 21.
([51]) Biblioteca Nacional de Lisboa — Secção de Manuscritos, Fundo Geral, códice n.º 215, *Descripção dos Monumentos Sacros de Lisboa...*, Lisboa, 1840.
([52]) Informação do Sr. Joaquim Luís Cardoso.

com a fotografia da igreja, no seu estado presente, que, neste ponto, não sofreu alteração. No resto, nota-se igual erro no desenho, que tanto apresenta o templo visto de frente, como de lado.

Mede a igreja no interior 23 m por 10,5 m nas suas maiores dimensões. Dentro destas medidas cabe a capela-mor com 6,35 m de comprimento por 5,25 m de largura; e o vestíbulo ou vão do coro com 8,25 m por 3,25 m. O arco triunfal tem internamente 4,25 m de largo. Todas as medidas são aproximadas.

Em 1718 continuaram as obras do templo, que até este ano era, mesmo interiormente, pobre, de paredes nuas. Então «principiarão nesta igreja varias obras de pedra e cal e pedraria fazendo se lhe conrespondencias que não tinha levantov se o tecto, e gvarnecerão se as paredes e coro de talha dovrada, e apaynelada sendo os payneis do corpo da igreja os doze apostolos da companhia de Christo senhor noso de excelente pintura, e da mesma sorte os do coro e subpedaneos do mesmo coro; do cruzeiro, e capela mor, e com especialidade o da boca da tribuna que he da cea do Senhor obra de Marcos da Crus o mais insigne pintor que houve nesta cidade no seculo pasado; o tecto he feito em volta redonda de estuqve com pintura de architetura» ([33]).

Não corresponde esta descrição ao que existe, embora conserve o feitio. Ignoramos quando o remodelaram e qual a transformação sofrida. Era anteriormente de madeira e esta foi substituída por estuque ou o material não variou e, apenas, se fez nova pintura por a antiga estar estragada?

Não encontrámos qualquer referência ao assunto. Diz-se que o pintou, como está, João Cândio de Sousa no século passado ([34]). Tem um medalhão central, longo e quadrilobado, representando S. Sebastião, em subida ao Céu, rodeado de pequenos anjos nus que o coroam e seguram símbolos de glorificação e da matrona que lhe tirou as setas do corpo com elas na mão.

Este medalhão está acompanhado de outros dois redondos, postos um acima e outro abaixo, e de dois elípticos que o ladeiam. Contêm um Papa, dois bispos e S. Jerónimo.

Encontra-se o tecto dividido no seu comprimento em cinco faixas de largura e decoração diferentes, duas a duas, distanciadas e simétricas, sendo mais larga a do meio. Nas quatro laterais há jarrões com flores, assentes em plintos altos, cabeças de anjo, ramos cruzados e ornatos florais estilizados, assim como diversas molduras. A pintura do fundo é de tintas claras.

Em um restauro feito no século corrente o medalhão de S. Jerónimo teve de ser repintado, encarregando-se do trabalho o Sr. Joaquim Luís Cardoso.

Na parede, por cima do arco triunfal, simétrico ao óculo do frontispício, vê-se um medalhão redondo, com o pelicano, símbolo cristão de amor e caridade.

As paredes laterais, apesar de o grande terramoto não haver causado estragos no templo, devem, posteriormente, ter apresentado desvios, o que obrigou a repuxá-las por meio de quatro esticadores de ferro.

Seria erro estranhar a pobreza do templo. Além de ficar fora dos muros a freguesia era, a bem dizer, rural, embora confinasse com a cidade. Se o exterior é simples, sem qualquer motivo arquitectónico de relevo, o interior mostra-se muito diverso. Tanto as paredes do corpo da igreja, de uma só nave, como as da capela-mor e, até, o tecto desta se guarnecem de talha aberta em volutas de grande relevo e em festões de folhas acamadas. No arco triunfal corpos de crianças nuas, cabeças de águias e serpentes e, ainda, oito figuras humanas com largas roupagens quebram a monotonia das volutas.

A talha das paredes e o coro não se encontram completamente dourados, como se menciona na memória paroquial, mas pintados de branco cal sobre fundo azul anil. Sòmente em alguns frisos, capitéis, conchas e pequenos ornatos entrou o ouro, o mesmo acontecendo na capela-mor e seu tecto. A discordância provirá de o Pároco ter feito

([33]) Documento IV, n.º 7.

([34]) *Inventário de Lisboa*, por Norberto de Araújo e Durval Pires de Lima, fascículo XI, Lisboa, 1956, pág. 30. Por falecimento daquele distinto jornalista, foi convidado pela Câmara Municipal de Lisboa, editora da obra, a continuá-la o Dr. Durval Pires de Lima. No fascículo citado sòmente o artigo referente à igreja de S. Bartolomeu da Charneca é da autoria deste douto investigador histórico, que nos outros, já escritos, fez leves retoques.

Por a parte de Norberto de Araújo não nos merecer confiança, demonstrada por várias informações que aí dá, as quais fazem suspeitar, até, que ele não visitou a igreja, só aproveitaremos o seu trabalho, rara e duvidosamente.

Verificámos, também, que no trabalho *Notícias Históricas das Freguezias de Lisboa*, publicado na «Revista Municipal» n.º 15, Lisboa, 1.º trimestre de 1943, pág. 6, A. Vieira da Silva compilou sem apuramento da verdade. Este facto leva-nos a não utilizarmos o seu trabalho.

descrição insuficiente ou de haver repintura, pouco provável, por se passar de uma forma rica a outra pobre. Inclinamo-nos para a primeira hipótese, tanto mais que o ouro é muito resistente, podendo atravessar vários séculos sem grande dano.

Reveste o terço inferior das paredes da nave silhar de azulejo com a vida do patrono, todo pintado a azul, sem recorte no bordo superior. Daqui para cima, até o friso do tecto, desenvolve-se a obra de talha, apenas interrompida pelas aberturas das janelas e pelos caixilhos das telas pintadas a óleo.

Duas elegantes e altas colunas salomónicas de mármore branco, suportam o coro, lançado em belas curvaturas, com balaústres bem trabalhados. Na parede do fundo do coro, entre duas janelas e por baixo de um óculo redondo, encontrava-se uma tela grande, representando o triunfo da Sagrada Eucaristia, agora injustificadamente na sacristia.

A capela-mor, bastante pequena, não possui azulejos e na talha parietal incrustam-se dois grandes quadros com cenas religiosas.

Como todo o corpo da igreja, cuja talha está pintada de branco cal, com o fundo azul anilado para se harmonizar com a cor dos azulejos, também a capela-mor tinha pintura igual, que foi renovada ainda não há muitos anos, mas empregando-se tintas diversas na qualidade e nos tons. Esta repintura alcançou a cabeceira da nave, atingindo os altares dela.

A capela-mor é guarnecida de festões dourados, com folhas de louro e bagas, que emolduram as telas e se cruzam em artesões no tecto, em cujos intervalos se vêem florões.

O arco triunfal, assim como os da capela do Santíssimo Sacramento e das duas que ladeiam aquele,

Parte inferior da igreja

são pintados de branco, formando molduras às faixas lavradas, com ornatos diversos, cobertos de ouro.

Há, no corpo da igreja duas cimalhas marmoreadas, cor de vinho, uma ao cimo da parede e outra a dois terços da altura. Por baixo da inferior corre uma faixa avermelhada, com volutas brancas e cabeças de anjo douradas, sob a qual se vê outra, estreita e lisa, amarela, marmoreada, a qual se encontra, também, nos enquadramentos dos painéis de talha. A faixa vermelha aparece, ainda, nas sobreportas.

Em 1760 estava o sacrário no altar-mor «preciozamente ornado», com um nicho de cada parte, encontrando-se do lado do Evangelho «a perfeitissima imagem de Maria Santissima com o titulo da Senhora da Saude» e no lado da Epístola a de «S. Sebastião chamado da Pedreira, por ser feito de huma pedra que se tirov de huma pedreira sobre a qual esta fundada esta igreja» ([55]).

É evidente fantasia a explicação do sobrenome aplicado ao Santo Mártir, porquanto ela provém da imagem se encontrar no templo chamado da Pedreira (primeiro ermida, depois igreja) que assim se denominava em virtude do sítio ser conhecido por tal, topónimo tirado da existência daquele afloramento. Se a imagem foi ou não feita com um bloco extraído desta pedreira é caso que não tem importância para a designação, mas é possível que a pedra haja vindo de longe, escolhendo-se qualidade já provada em escultura. Esta imagem, como escreveu o P.e António Carvalho da Costa, proveio da ermida onde esteve, anteriormente, a sede da freguesia ([56]).

Examinando a escultura vê-se não ser da época a que a atribuem, mas setecentista. É, talvez, estranho que se haja feito uma imagem de pedra no século XVIII para altar e, possìvelmente, andor, pois destinadas a nichos, tanto interiores como exteriores, se usaram mesmo então, quando tinham grande expansão as de roca e as de madeira. Haverá fundo de verdade na informação que tais autores nos transmitiram e a imagem, por ser tosca para o gosto do século XVIII, teria sido afeiçoada a ele?

Também a imagem de Nossa Senhora da Saúde que o P.e Carvalho da Costa diz ter vindo de Roma trazida pelo Patriarca D. João Bermudes em 1559 ([57]) não é obra deste século, mas do XVIII.

Estariam ambas arruinadas e, por tal facto, foram substituídas por outras semelhantes, que seriam as representantes das primitivas, passando pelas próprias?

Tinha esta igreja no ano de 1760 «qvatro capelas todas no cruzeiro» ([58]). O templo não possuiu nunca cruzeiro, pela simples razão de a sua planta não ser em cruz, mas compreende-se a frase do pároco Urbano de Melo, que recorreu a analogia. Também chamou capelas a simples altares metidos em arcos.

Do lado da Epístola, o altar da frente, de Cristo crucificado, conhecido por Senhor Jesus do Bom Nome, tinha as imagens do Menino Jesus, da Senhora da Soledade e de S. José; o da parede lateral era o altar das Almas, com as imagens de S. Pedro e de S. Brás ([59]).

Do lado do Evangelho, no altar fronteiro, estavam as imagens de Santo António, S. João Baptista, Santa Catarina do Monte Sinai, Santa Luzia e Santa Rosa de Lima; e no do lado, o de Santo Amaro, encontrava-se uma imagem de Cristo crucificado trasladada para esta igreja por ordem do Arcebispo, aos pés da qual estava a da Senhora da Piedade com o título de Senhora do Resgate, à direita a de Santo Amaro e à esquerda a de S. Gonçalo de Amarante ([60]).

De todas as imagens referidas só existem os dois Cristos crucificados, as Senhoras do Resgate, da Saúde e da Soledade, S. Sebastião e S. Pedro. Há, porém, duas imagens antigas não mencionadas na informação de 1760; a de Nossa Senhora da Conceição e a de S. Miguel, já no ano corrente restaurada e repintada. Aquela, talvez viesse de alguma incorporação como mais tarde sucedeu com a de Santa Rita de Cássia, proveniente do extinto Mosteiro de Santa Rita, que existiu na freguesia ([61]); a do Arcanjo poderá ser anterior, pois esta ou outra devia haver no templo, visto nela se encontrar formada uma confraria do seu nome.

([55]) Documento IV, n.º 9.
([56]) *Corografia Portugueza*, 1.ª edição, pág. 429, dizendo: «que he de pedra, & veyo da Igreja velha».
([57]) *Ibidem*.
([58]) Documento IV, n.º 10.
([59]) *Ibidem*.
([60]) Documento IV, n.º 11.
([61]) *Descripção dos Monumentos Sacros*, já citada.

O Cristo crucificado que se achava no altar de Santo António supomos seja o da sacristia antiga, actualmente anteecâmara de outra, construída no ano de 1949. Veio esta imagem com a da Senhora da Soledade para a igreja por ordem do Patriarca D. Francisco de Saldanha «porqve estavão em huma caza indecente» ([62]).

Presentemente, há imagens novas, deste século. São as do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora da Assunção, de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora de Fátima, de S. José, de Santo António e de Santa Teresinha do Menino Jesus e do Senhor dos Passos, todas elas obras de santeiro.

A de S. Pedro, antiga mas já repintada, sofreu no ano corrente nova pintura, que, como a de S. Miguel, mostra a falta de competência e de sensibilidade artística dos industriais da imaginária religiosa em Portugal.

Em 1760 diz-nos o pároco Urbano de Melo, já havia nichos no altar-mor. Como o interior da igreja só começou a ser adornado em 1718 não deviam ser muito antigos, tanto mais que se vê claramente não terem existido no altar então feito, pois para os construírem foi necessário subir a base do trono, que se encontra elevada acima do lugar próprio bastantes decímetros, como o demonstra exame atento.

O alçamento do trono não trouxe, decerto, outro benefício além de arranjar lugar para mais duas imagens, pois diminuiu a altura do arco, o que lhe tirou beleza e trouxe desarmonia ao conjunto.

Na igreja existem cinco altares, o mor, os dois colaterais já mencionados e outro defronte da capela do Santíssimo Sacramento, esta muito posterior ao arranjo interno do edifício.

O altar principal é de talha, análogo aos da nave, tendo como estes duas colunas torsas, a cada lado, envolvidas por hastes de videira, folhadas e frutadas, pintadas de azul e com as partes em relevo douradas, as quais assentam em mísulas. No espaço visível entre a base do trono e a banqueta do altar existiam os nichos envidraçados onde se guardaram pequenas imagens. Os nichos foram tapados há vinte anos, pouco mais ou menos.

A mesa do altar, bastante afastada do alçado, é de mármore cor-de-rosa, em forma de caixão, dividido verticalmente por três faixas, em relevo, que correm, na mesma largura, à volta de todo o frontal, formando quatro rectângulos postos ao alto, dentro de cada um dos quais há uma lisonja lisa, que se firma no emolduramento e fica no mesmo plano.

O silhar do fundo da capela é de mármore branco com embrechados de massa negra e uma placa de mármore vermelho embutida no centro de cada peça.

No fecho do arco triunfal há uma custódia assente em cartela envolvida por ramagens formando volutas e sustida por dois meninos nus. É o emblema que atesta a construção e posse da capela-mor pela Irmandade do Santíssimo.

Dos altares existentes só o que fica junto da capela do Santíssimo Sacramento tem emblema alusivo ao seu patrono — Santo António — na cartela que fecha o primeiro arco interior, onde se vê o livro e a cruz, insígnias peculiares deste doutor da Igreja.

A capela do Santíssimo Sacramento não existia em 1760, pois vemos que no lugar da sua entrada estava o altar de Santo Amaro. Ainda que não conhecêssemos tal circunstância chegaríamos também, pela observação, a concluir que ela se fez posteriormente à cobertura das paredes com talha e azulejos, já no reinado de D. Maria I.

O arco de entrada é mais largo do que o do altar seu antecessor para o que se necessitou cortar parte das volutas das ramagens da talha, o que não aconteceria se fosse contemporâneo, pois, em tal caso, se ajustariam as folhagens ao tamanho dos painéis e não se cercearam conforme as vemos.

Por outro lado, tanto o seu interior, como a porta e a cancela mostram elementos decorativos da época da Rainha D. Maria I: laços, rosetas, festões, etc.

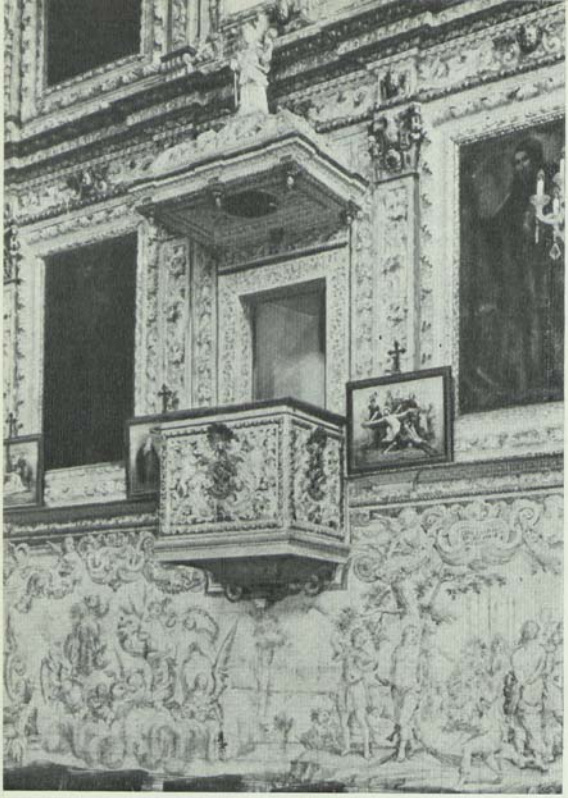
Depois de chegados à conclusão atrás referida soubemos da existência de um assento que a confirma e elucida quanto à data, motivo porque se fez e quem a mandou construir.

Diz o seguinte, na sua parte principal:

«Termo âcerca da capella do Santissimo.

Aos vinte dias do mez de Setembro de mil oitocentos e doze em a Caza do Despacho da Jrmandade do Santissimo Sacramento desta freguezia de San Sebastiaõ da Pedreira em Meza a que prezidio o Illustrissimo, e Excellentissimo Nuno Freire de Andrade, como juiz da mesma Jrman-

([62]) Documento IV, n.º 11.



Púlpito do lado da Epístola

dade, o escrivaõ, e mais jrmãos abaixo assignados foi uniformemente proposto de quanta decencia serviria ao culto do Santissimo Sacramento haver nesta jgreya, e freguezia huma cappella onde propria, e privativamente estivesse collocado o sacrario do mesmo Santissimo Sacramento, e porquanto no termo feito em quatro de Agosto de mil oito centos e onze se tinha ditto que no adro desta jgreya se achava algua pedra que se havia tirado no desentulho de *(sic)* cemiterio a qual poderia servir para a factura da mesma cappella, e que se deveria desde logo proceder ao seu principio, e como athe agora se não havia começado por razoens que parecerão convenientes â mesma Meza e Jrmandade, a mesma Meza ouvido o parecer de todos visto estarem removidos todos os obstaculos conveio em que desde logo se deve principiar a mencionada cappella seguindo em tudo o risco que temos adoptado o qual tirou o Mestre Thomaz de Aquino.

E porquanto esta jrmandade se acha [com] fundos ou rendimento suficiente para esta obra a mesma Meza depois de ter approveitado a esmolla que para á ditta cappella offereceu o nosso jrmaõ thezoureiro ora prezente o Senhor Antonio Joze de Sequeira de mandar fazer á sua custa e por sua devoçâo naõ só as paredes da mesma cappella mas tudo o que fosse obra de pedreiro determinou tambem que se escolhessem alguns dias em que juntos com o Reverendo Prior / que para este fim se tem offerecido / se fáçaõ peditorios para as obras da mesma cappella fazendo para este fim a mesma jrmandade imprimir alguns bilhetes debaixo da forma que nos propoz o nosso jrmão cappellaõ, e secretario» ([63]).

O sacrário da capela do Santíssimo encontra-se no altar-mor. A sua cúpula, que lhe daria magnificência, foi substituída por ornatos sem beleza.

Deve-se atribuir à construção da capela do Santíssimo Sacramento, parece-nos, a colocação do grande Cristo crucificado no altar da antiga sacristia, pois foi desalojada a imagem que existia no altar de Santo Amaro.

Os azulejos que forram o baptistério, assim como o painel da pequena porta que do lado do Evangelho serve de entrada para o púlpito, datam, respectivamente, dos anos de 1939 e 1945, e são da autoria do Sr. Joaquim Luís Cardoso.

As telas pintadas que ornam a igreja, em disposição absolutamente simétrica, alcançam o número de vinte e oito, assim distribuídas; 14 nas duas paredes laterais, 2 ladeando o arco triunfal, 3 nas paredes do coro, 3 no tecto debaixo do coro, 4 distribuídas pelos lados da porta principal e as paredes colaterais, 2 na capela-mor, estas as de maiores dimensões. Há ainda, outra, representando a instituição da Sagrada Eucaristia, no alçado do altar da capela do Santíssimo Sacramento, datada de 1814 e assinada C. V. M. iniciais do Cirilo Volkmar Machado.

No corpo da igreja doze quadros são relativos aos Apóstolos e os restantes a cenas bíblicas, todos de «excelente pintura», no juízo do P.e Urbano de Melo ([64]), o que não podemos verificar visto se encontrarem muito escurecidos pelo tempo,

([63]) Cartório da Irmandade do Santíssimo Sacramento — *Livro de Termos de 1812 a 1816*, fl. 1.
([64]) Documento IV, n.º 7.

colocados em lugares altos e alguns em sítio onde a luz não permite o seu exame ([65]).

Uma tela que o pároco Urbano de Melo dizia «da boca da tribuna qve [he] da cea do Senhor obra de Marcos da Crus o mais insigne pintor que houve nesta cidade do seculo passado», já não existe. Na sua função de fechar a tribuna do altar-mor quando não houvesse exposição do Santíssimo se arruinou muito, pois trabalhava em corrediças, enrolando-se ao alto. Entregue a pessoa que se prontificou a tentar o seu restauro não voltou para a igreja ([66]).

Como é sabido, quase até meados do século XIX os enterramentos faziam-se nas igrejas, dentro ou no adro, conforme as posses das famílias dos defuntos e, às vezes, também do seu desejo.

Havia, ainda, para os abonados as covas da fábrica da igreja e as que os mais ricos compravam para si e, geralmente, para o cônjuge e descendentes. Era contrato com carácter de perpetuidade, que o tempo e as ideias não respeitaram.

Na igreja de S. Sebastião, antes da renovação do pavimento devia haver grande número de sepulturas cobertas por campas de pedra, com epígrafes e, possìvelmente, brasões, atendendo à circunstância de na freguesia viver muita gente graúda e nobre, embora parte dela fosse a enterrar a outros templos onde tinham seus jazigos. Nada podemos, todavia, informar com clareza, porque um manto de argamassa ou cimento cobriu tudo para servir de suporte aos tacos de madeira, tão estranhos à feição portuguesa e de emprego moderno no País.

Escapou, não sabemos porquê, a parte inferior da igreja que fica por baixo do coro e pouco entra em a nave. É toda lajeada e em duas filas se alinham dezasseis covas, numeradas de 1 a 9 e de 7 a 16, a começar da fila mais interior. No patamar do escadório, mesmo defronte da porta principal, vêem-se duas campas, mas já se não distinguem inscrições, que, certamente, tiveram.

Identifica-se, apenas, uma única sepultura, a do Patriarca de Alexandria, D. João Bermudes, situada junto dos degraus da capela-mor, conforme já dissemos.

A igreja estava isolada no primeiro quartel do século corrente, tendo, apenas, encostada a si a casa da irmandade do Senhor Jesus dos Pecadores, de que já falámos. Por trás do templo havia um barracão para arrumações e todo o terreno vago, tanto nesta parte como nos lados, se encontrava mal arranjado.

Em 1950 construiu-se uma sacristia por trás da capela do Santíssimo, com a entrada pela chamada sacristia antiga, e a casa do coadjutor, formando um todo, composto do rés-do-chão e primeiro andar, que no adro norte se apoia à parede lateral esquerda da casa daquela irmandade e à do fundo da mencionada capela e pelo outro extremo na propriedade particular confinante com o adro.

Chamamos neste trabalho sacristia antiga ou velha à que tem ligação com a capela do Santíssimo Sacramento, porque sendo mandada fazer pela irmandade de S. Miguel e Almas para seu uso privativo serviu de sacristia da igreja até 1949, por a irmandade já estar extinta. Anteriormente, a sacristia própria do templo era na actual capela do Senhor dos Passos. Ignoramos se o lugar desta capela teve o fim apontado ou se, primitivamente, lhe deram aplicação diversa.

No adro sul, como dissemos, se fez a capela mortuária, desaparecendo com a construção quase toda a sua área.

Também o Patronato de S. Sebastião restringiu o espaço vago da igreja no lado nascente, pois se veio firmar, em parte, na parede do templo.

Cumpre aqui assinalar que ao cimo desta parede, na parte central, se encontra um painel de azulejos policromos, em cujo centro se vê uma custódia de formato rectangular. O painel termina superiormente por uma cruz, também de azulejos, e por baixo, gravada na parede, se lê a data de 167..., a qual, supomos, corresponde ao fim de qualquer obra feita pela irmandade do Santíssimo.

Junto da parede sul do templo, em posição simétrica à casa de despacho da irmandade do Senhor Jesus dos Pecadores, se construiu em 1950 a capela mortuária, da invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Para ela se trouxe a mesa

([65]) No *Inventário de Lisboa*, já citado, pág. 30, diz Norberto de Araújo que os vinte e três quadros foram pintados por Francisco da Silva, artista do século XVII.
O pároco Urbano de Melo atribui o painel da Ceia, que fechava a tribuna, a Marcos da Cruz, pintor do mesmo século.
É estranho que na talha do século XVIII se metessem telas do antecedente, o que só pode ter explicação por elas serem adquiridas quando se guarneceu o interior do templo ou por já nele se encontrarem anteriormente a esta obra.

([66]) Informação do Sr. J. L. Cardoso.

do altar da sacristia antiga, de mármore. Tem imagem e silhar de azulejo modernos (67).

O exterior desta capela é análogo ao da casa daquela irmandade, todavia sem andar por cima. A porta da frente, feita à semelhança da que se vê no sobredito anexo, varia no emblema esculpido no tímpano, onde se substituiu o coração e filactera que o acompanha, por uma cruz, sendo no restante perfeitamente igual. Tem a capela duas portas interiores, uma defronte do altar, encostado à sua parede sul, que já existia anteriormente e era uma das portas laterais da igreja, e outra que comunica com a capela do Senhor dos Passos, à qual fica encostada.

Na parede sul desta capela se vê um grande painel de azulejo, representando Nossa Senhora do Carmo, da autoria do Sr. Joaquim Luís Cardoso.

O interior do edifício da igreja, ressalvando a parte destinada ao culto — nave, capela-mor e capela do Santíssimo —, sofreu já neste século muitas transformações.

No lugar da actual capela do Senhor dos Passos, que servia de sacristia, como dissemos, esteve depois instalada a Junta de Freguesia, que sòmente de lá saiu em 1943.

Como se pode verificar fàcilmente, a adaptação a capela consistiu em desfazer a divisão que existia no andar superior para aumentar o pé direito, obra efectuada no ano de 1949.

Na mesma ocasião se arranjou o cartório, que lhe fica pegado, e o escritório reservado ao prior, separado daquele por um vestíbulo, tudo do lado sul, com saída para um terraço, que comunica com a rua por escada de pedra.

Esta entrada da igreja foi então alargada, desfazendo-se a escada que dela conduzia à casa de despacho da irmandade do Santíssimo, no andar superior.

Construiu-se nova escada para o andar superior, encostada à parede de nascente, com um corredor que acompanha esta e serve de entrada para o átrio do Patronato de S. Sebastião, que liga com o pátio deste, existente na parte de trás do templo.

Quando se desfizeram os nichos do altar-mor, se abriu por baixo do trono uma pequena porta de comunicação para a sacristia então construída nas traseiras do altar, destinada a serviço privativo do prior.

Até essa ocasião o espaço compreendido entre o altar-mor e a parede nascente do edifício era amplo e nele se faziam sessões de cinema para as crianças da catequese.

Se a freguesia de S. Sebastião da Pedreira chegou a ser a maior e mais numerosa da Capital é lógico admitir que foi igualmente grande em rendimento e, portanto, em riqueza estável, que se patentearia em pompa litúrgica, alfaias e objectos de culto. Da sua possível grandeza existe um jogo de paramentos mencionado pelo pároco Urbano de Melo, como o mais rico de Lisboa.

Não há na igreja objectos de ouro, pois tanto os cálix como as custódias são de prata dourada. Um dos cálix foi adquirido pelo Prior Oliveira Reis.

O autor da memória paroquial não referiu senão os sobreditos paramentos e cinco lâmpadas, como coisas merecedoras de realce, o que nos leva a admitir não haver nessa ocasião outras dignas de mencionar. Fora a urbe assolada pelo grande terramoto havia quatro anos e dois meses e não estava ainda refeita do cataclismo, que, em recompensa, lhe daria tão grande desenvolvimento e beleza, embora a privasse de notáveis monumentos.

A partir do sismo, com a dispersão dos habitantes e a reconstrução em plano mais vasto da cidade, as freguesias circundantes, até aí menos compactas, tornaram-se muito povoadas. O aumento do número de fregueses reflectiu-se, evidentemente, em maiores proventos da igreja matriz. Por isso, supomos que ela deve ter beneficiado materialmente, adquirindo alfaias e objectos de culto e que estes não fossem mesquinhos.

Cinco lâmpadas estavam em 1760 contìnuamente acesas, das quais três no altar-mor. As outras duas alumiavam os altares colaterais do Senhor Jesus Crucificado e de Santo Amaro, neste em obséquio da Senhora do Resgate, primeiramente posta no altar.

As do altar-mor eram da irmandade do Santíssimo a do lado da Epístola, de Nossa Senhora da Saúde a da parte do Evangelho «em tudo similhante a do Santisimo» e a central «do gloriozo Martir S. Sebastião, a qval no dia dezoito de Janeiro de mil e setecentos e trinta e cinco, o senhor D. João o quinto de glorioza memoria mandov colocar no lugar em qve se acha, he de extraordinaria grandeza foy feita em Roma, teve a El Rey em seu palacio mais de hum anno, e

(67) Informação do Sr. J. L. Cardoso.

Tecto

mandov lhe acrescentar algumas pessas reguladas pela sua singular idea de sorte que não há noticia qve haja em todo este reyno alampada igval a esta; dotou a para sempre com oito cantaros de azeite em cada hum ano, que he pago pelo tezoureiro das despezas do Concelho da Fazenda pelo preço que correr em cada hum ano com certidão do paroco da qual conste estar sempre aceza a dita alampada» ([68]).

Existe, agora, sòmente uma lâmpada de prata, no altar-mor, ladeada de dois pequenos lustres antigos de metal e bom cristal. Não sabemos se esta é alguma das existentes nos meados do século XVIII ou se desapareceram as cinco ao mesmo tempo e esta veio depois.

Há duas lâmpadas do século XVIII, muito simples, de latão, que já sofreram um banho metálico, ficando com aspecto prateado, porquanto algumas pessoas têm suposto serem de prata. Acha-se uma na capela do Santíssimo Sacramento e outra na do Senhor dos Passos. Supomos que o seu lugar primitivo foi defronte dos altares das paredes laterais.

Que sucedeu a todas as peças de metal precioso da igreja, para agora haver tão poucas?

Elucida-nos um passo de certo livro do cartório da irmandade do Santíssimo, o qual diz «como pela invazaõ dos Francezes, esta jrmandade diminuisse de bens pela entrega da prata que foi obrigada a fazer em Fevereiro de mil oitocentos, e oito» ([69]). Se a irmandade teve de entregar aos invasores quanto tinha de valioso, forçosamente sucedeu o mesmo à igreja paroquial em que se encontrava instalada.

É possível que algumas peças pequenas escapassem por as terem escondido, como o relicário de S. Sebastião, mas o mesmo já não podia acontecer às lâmpadas e objectos de culto que todos estavam habituados a ver. Por isso, se perderam, derretidos ou levados para França, pois a venda no País não é muito admissível, visto dever pesar sobre os compradores pena de excomunhão quando adquirissem coisas roubadas à Igreja e estas estavam no caso, embora entregues pelos possuidores debaixo da forma legal de requisição, de que se passavam recibos.

(Continua)

([68]) Documento IV, n.º 12.

([69]) *Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja Parochial de San Sebastião da Pedreira*, fl. 33.

RECORDAÇÕES DE UM VELHO DE BOA MEMÓRIA

POR *JOÃO JARDIM DE VILHENA*

SEGUNDA PARTE
(1895-1908)

CAPÍTULO I

No ano de 1900, o visconde de Castelo Borges, da mais alta fidalguia de Entre-Douro e Minho, senhor de 20 e tantas herdades, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, num momento de aborrecimento, imaginou fundar, em Lisboa, uma *Sociedade* de sujeitos moços e de ricas famílias, para propagar boas relações de amizade até fundarem auspiciosos casamentos.

Alojou-se ele no Hotel Duran, no Largo do Quintela em Lisboa e instalou a sede da *Sociedade* num café, que ele financiava, por baixo do Hotel Avenida Palace, até ao momento em que uma Senhora espirituosa, da alta roda lisboeta, se lembrou de chamar ao dito café — *Aquário dos Imbecis*. A alcunha *voou* por toda a Lisboa e quando essa Senhora soube que entre os imbecis, era assíduo, um seu filho, académico ilustre sábio etnográfico, lastimou-se o acaso insultante, de maneira que a *Sociedade* mudou-se para uma sobreloja na Rua do Alecrim e aí ficou até à sua extinção.

E no momento em que, para ela entrei, era assim composta:

— *Visconde de Castelo Borges*, figura insinuante, fazendo lembrar pelo crânio liso e lusidio, barba diàriamente escanhoada, olhos pretos, um pirata malaio. Dos mais puros sentimentos, cuidadoso

com os infelizes e desgraçados, amigo dos seus amigos. Era o nosso dirigente, recebia os pedidos, escolhia para cada fim os certos que ele havia examinado nas suas habilitações morais e literárias, não admitindo contrariedades.

— *Vice-Presidente:* — Visconde do Alcaide, fidalgo beirão.

— *Secretário:* — José Teles Ximenes, fidalgo lisboeta — nesse momento, andava muito empenhado com o seu futuro casamento com a menina *Roccachilda,* (incorrecção de *Rotschilde),* riquíssima e de boa família, recém-chegada do Brasil.

— *Tesoureiro:* — D. Tomás de Noronha, fidalgo lisboeta. Mais tarde, andou ele, descendente dos mais nobres Vice-Reis da Índia e que podia aspirar, em Lisboa, aos mais altos cargos, apaixonado por uma menina, filha de um prestamista do maior plebeismo e queria casar com ela; o melhor da passagem, é que o pai dela não queria. Assim, resolveu D. Tomás matricular-se em Coimbra na Faculdade de Teologia, sob a protecção da família aristocrática dos Pomares e seguir a vida eclesiástica. Esteve assim até ao 3.º ano, depois matriculou-se em Direito, bacharelou-se, foi depois para a Índia Portuguesa, para professor de alemão e morreu professor deste idioma num liceu em Lisboa.

Henrique Otolini, italiano, filho do Ministro de Itália em Lisboa; Fernando Leite Pereira de Soydos e Joaquim, fidalgos provincianos, etc.

Ao todo, os membros da *Sociedade* eram 12.

A *Sociedade* não tinha receitas, portanto não tinha despesas. Era uma *Sociedade* altruísta. Era o nosso presidente que corria com as despesas quando as havia. Assim, os membros da Direcção, não tinham ordenado. Era tudo de graça, menos as despesas que os sócios faziam particularmente. Mas a *Sociedade* não operava sòmente em Lisboa. Veja-se este caso sucedido no Porto: — Uma senhora desta cidade, tendo-lhe morrido o marido, quis prestar-lhe as maiores e magníficas honras póstumas, que poderia prestar de acordo com a Igreja. Entre outras cousas, combinou com um parente para este fazer, à beira do túmulo, o elogio do finado, revelando as suas belas qualidades morais. Mas o parente declarou-se inerme, antes do saímento do caixão. Então a viúva que conhecia a *Sociedade* pediu-lhe auxílio. Tirou-se à sorte um qualquer, com encargo de fazer tudo quanto a viúva desejasse que se fizesse e o discurso que ele fez, elogiando as qualidades *morais* do finado, como banqueiro, foi tão comovente que arrancou lágrimas a todos os circunstantes.

E comentava-se depois que era preciso ter talento verboso para que um sujeito, sem conhecer a vida particular de outrem, pudesse comover até às lágrimas. O que é interessante é que passados tempos, o orador casou com a viúva do banqueiro e pagou todas as despesas que somavam alguns contos. Todo o aparato com que decorreu a cerimónia deu fama à *Sociedade,* de tal maneira, que muitos casamentos se fizeram depois e hoje os casados estão muito felizes e tiveram muitos meninos ou estão com boas posições sociais.

Ora no dia 1 de Fevereiro de 1908, estava a *Sociedade* reunida na sua sede, pelas 4 horas da tarde e já ela tinha marcado para cada um dos seus sócios, o respectivo destino, quando ouvimos uma notícia que nos encheu de terror e nos comoveu enormemente: — *No Terreiro do Paço, haviam assassinado El-Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe, quando vinham do Alentejo e se dirigiam, em seus carros, para o Paço da Ajuda.*

A esta notícia seguiu-se um longo silêncio. Nas ruas notava-se em todos os transeuntes, um ar de tristeza e muitas pessoas gemiam e choravam. O presidente da *Sociedade* deu por inúteis todas as marcações, pediu um Padre Nosso e uma Avé-Maria pelas almas dos assassinados e em silêncio, descemos o Chiado, dobrámos a esquina para a Rua do Carmo, no sentido de procurar no Rossio, os carros para nossas casas, quando a certa altura, parámos em frente de um anúncio afixado numa porta:

MADAME BROUILLARD
VIDENTE E CARTOMANTE

E a todos veio à ideia, lembrando-se talvez do que havia acontecido, de surpresa, às duas vítimas do ódio republicano, de consultarmos aquela mulher que tinha fama de profetizar e de adivinhar por meio de cartas de jogar pintadas ou pelas linhas das mãos direita e esquerda, o futuro de quem a consultasse.

Madame Brouillard recebeu-nos, apesar de ser um pouco tarde, mas ela acenderia uma lâmpada trifolia (?) e a tocha luciferina. Espôs as condições: — todos se retirassem para a sala azul e

cada um entrava no consultório com a cabeça coberta por um pano preto. O vaticínio seria escrito e dobrado e metido dentro de um envelope. Cada um o levaria para a sua casa e só aqui o podia ler.

Assim se cumpriu todo este ritual. Pagámos e na rua separámo-nos uns dos outros, cada um para seu lado, melancólicos, como se levássemos a nossa maldição.

Nunca cheguei a conhecer o texto de todos os vaticínios. Lembro-me que o nosso Presidente, Visconde de Castelo Borges, fidalgo transmontano, o homem mais correcto nas suas acções, que tenho encontrado em toda a minha vida (pondo de parte pessoas da minha família, ultracorrectos e portanto fora da discussão e comparação) tendo ido a uma caçada nos matagais de Sintra foi ferido por um companheiro. Trazido para o Hospital de S. José e quando me viu, disse num tom angustioso — *maldita Brouillard* — como se tivesse sido ela a causa das suas desgraças. Este grito revelava que a vidente profetizando a sua morte, esta só podia ser assim, ferido mortalmente numa caçada. E se acertava com ele devia ter acertado com todos.

Um outro nosso consócio, cuja vida tempestuosa nós conhecíamos devia ter morrido, de acordo com o vaticínio da vidente, no Hospital de S. José, com o corpo coberto de chagas purulentas, pelo abuso que fazia da filogínia, gritando com dores que lhe mordiam as articulações. Foram estes os dois únicos que tiveram mortes trágicas, porque os outros talvez tivessem morrido nas suas camas, cercados das saudades familiares e na paz do Senhor.

CAPITULO II

Um dos homens que mais se notabilizaram nesta década foi o Dr. Francisco Maria da Veiga, ou o *Juiz Veiga,* como lhe chamavam. Laureado da Universidade de Coimbra. Fora nomeado *Juiz de instrução criminal do distrito de Lisboa* e que depois de ter tomado posse do cargo se mostrou cruel qual Pina Manique ou Barão Scarpia de trágica memória. Logo de entrada teve três enigmas, a decifrar: — quem escrevera o pasquim que na véspera o espalhara na plateia do Teatro de S. Carlos, pasquim em que se ofendiam os senhores e senhoras da corte de El-Rei D. Carlos I e a Rainha Senhora D. Amélia; quem mandara à viscondessa de X as cartas que ela escrevera ao amante, com a intimação de que ela, se não as devolvesse acompanhadas duma grande quantia, essas cartas seriam enviadas ao marido; quem furtara a uma cantora da ópera um anel de esmeraldas, se a criada do hotel, se a do teatro e ele em 48 horas, de dedução em dedução resolveu os três enigmas. Do 1.º foi uma senhora da corte, despeitada por amor; do 2.º foi o próprio marido da viscondessa, jogador incorrigível, um cínico de 1.ª ordem; do 3.º foi a criada do hotel... E o nosso juiz de aplicar penas tão severas... que foram comutadas em breve tempo... por empenhos e por não terem passado do segredo dos arquivos que estavam a cargo de um amigo meu.

Certa noite em S. Carlos cantar-se-ia a *Cavalaria Rusticana*. Poder-se-ia dizer uma casa cheia se não houvesse um camarote vazio de 1.ª ordem, o que destoava no belo complemento da sala.

Quando bateram os primeiros acordes da sinfonia ouviu-se o ranger de uma fechadura abrir-se e ao rebordo do camarote vazio, umas pessoas.

Não há tempo para se conhecer os retardatários porque o pano correu-se e começou a ópera.

Quando acabou o 1.º acto e passou o entusiasmo, toda a plateia e o lado direito dos camarotes assestaram binóculos e com certeza ficaram todos na ignorância das identidades dos recém-vindos.

Um casal, mulher e marido, ambos em trajo de gala. Ele de casaca, ela decotada com pedras que pareciam brilhantes. Ele, tipo de homem, negociante, um pouco anafado, miragem de saúde e de consciência limpa.

Os alvissareiros do S. Carlos, em breve, souberam que:

Ele — João da Silva, português de nascimento que depois de ter sido operário padeiro em Lisboa, emigrara para o Brasil e ali fizera fortuna que lhe permitia ter moradia sua, camarote em S. Carlos, chalé em Sintra e ser um dos maiores contribuintes da sua freguesia.

Ela, lisboeta, antiga criada-governanta, casada com o seu marido à face da lei e da Igreja e quem quisesse saber mais, que fosse ao registo da sua freguesia.

E mais se contava que um grupo de senhoras da alta sociedade (?), fora a casa deles e os convidara para fazer parte de uma *Quermesse* a favor de qualquer coisa e que à saída todos, em uma só voz, pedira lembranças para o Senhor *Sebastião*. E como ele não tinha esse nome, a dona da casa as pusera na rua, descompondo-as (?).
E para se vingar, essa Comissão alcunhou todas as récitas, a que o casal podia assistir, de *Sebastiôas!!*

CAPÍTULO III

Um fidalgo francês deu no seu palácio do Faubourg St. Germain, em Paris, um sarau em que figuravam 2 ballets a *Ronde des Fèes et la Ronde des Sylphes*. Os viscondes da Graça, no seu palácio do Intendente, quiseram imitá-lo. A *Ronde des Fèes* foi dirigida por pessoas de sua família e para a outra fui convidado para a dirigir, ficando eu na obrigação de escolher a Senhora que dirigiria comigo, com aplauso do dono da casa. Assim foi, quando ia começar o baile, apesar de estar rodeado de muitas senhoras, ávidas de curiosidade e todas elas, esperançosas, proclamei, em alto e bom som, o nome de D. Teresa Francisca de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares de Moura, Condessa de Melo, ou por outra, Condessa de Vila Real e de Melo.
Extraordinário entusiasmo de felicitações por eu ter escolhido quem valia aquela coroa de beleza, elegância e nobreza.
E ela, caminhando como uma olímpica Deusa, tal como Virgílio, na sua *Eneida,* descrevendo a maneira como Dido caminhava pelas pedras do Tirreno Oceano, parecia que estávamos nos tempos fantasiosos da antiguidade...
Um país nórdico enviou-nos como Ministro Plenipotenciário um homem que com a sua esposa, em breve conquistou a simpatia de Lisboa.
Certo dia, após 8 meses da sua entrada, numa legação estrangeira, numa contradança marcada, a Senhora nórdica que nós podemos chamar Gretghen, achou-se frente a frente com um militar português, capitão de artilharia, que pelo seu luxo no uniforme, seu ar marcial, era o que havia de melhor e de mais apurado no exército português. Chamava-se, ou antes, chamavam-lhe... *Florete*... ignoro porquê.
Na contradança marcada, os dois ficaram desencontrados, mas conseguiram compor a maneira e daí resultou dessa trapalhada, ficarem apaixonados. Houve depois uma dificuldade. Ela ignorava a língua portuguesa e ele... por acaso não conhecia os meandros da língua francesa para lhe poder escrever uma carta.
E como éramos muito amigos, ele pediu-me uma carta nesta língua, vibrante e apaixonada.
E surtiu efeito, efeito tal que nunca mais soube se eles estão vivos, onde estão, se ainda estão unidos para sempre (como prometeram) e se têm muitos meninos, belgas, holandeses ou dinamarqueses.
— Estamos autorizados a declarar que a Senhora a cujo peito foi pousar o pastel expedido por El-Rei D. Carlos, conforme eu descrevi na 1.ª pág. das *Recordações,* chamava-se Baronesa da Ribeira do Paço.
Ao mesmo tempo a família do Conde de Almedina disse-me que, em tempos, reclamara a honra do pastel ter caído no peito da Condessa.
A minha cadeira em S. Carlos, situava-se perto da frisa da Senhora Baronesa e vi perfeitamente o pastel pousar sobre o seu

> colo *de alabastro,* que sustinha
> as obras com que d'amor matou de amores

★

Neste decénio houve muitos suicídios de jovens na força da vida. Se tivessem procurado resolver as dificuldades momentâneas, as teriam conseguido. Estes quatro que se seguem, que eram meus amigos e que se se tivessem dirigido a mim, mais velho que eles, com mais experiência, achariam qualquer plataforma para resolver casos difíceis, eu lhes daria bons conselhos e os salvaria de más tentações.
André Supardo tomando lições de esgrima em sua casa, faz um *hara-kiri,* espetando o florete no estômago e quando lhe acudiram estava morto.
Outro jovem, em sua casa, por amor, com uma pistola, deu um tiro na cabeça.
Dois amigos casados; um deles apaixonou-se pela mulher do outro. Declarou-lhe a sua paixão, recusa completa com ameaça da denúncia ao marido. O desiludido arma-se de um revólver, vai

ao primeiro telefone que encontra, liga para casa do amigo, chama a mulher deste e diz-lhe simplesmente:—*Maria, para sempre...* e suicida-se.
Outro, na força da vida, com um futuro brilhante, procurando remediar um lapso irreflectido da vida.
Pax Sepultis et nuc et semper.
— A propósito dos filhos naturais dos 4 reis últimos de Portugal, dos quais eu falo na última linha da 1.ª parte destas *Recordações*, tenho a corrigir o que nela digo: há 5 anos pouco mais ou menos, os jornais portugueses falaram em Hilda Toledano, filha de El-Rei D. Carlos, casada com o General italiano Blais e que se intitula Princesa Maria Pia e Duquesa de Bragança. De vez enquando esta Senhora processa a Senhora D. Augusta Vitória e o Senhor Duque de Bragança para ser considerada unica herdeira da Casa de Bragança. Além desta, parece que, segundo a opinião de Godofredo Ferreira, alto funcionário dos C. T. T. que tinha um colega que era tido como filho de D. Carlos e de uma engomadeira da Casa Real. Esse poeta e prosador, quando tinha algum dissabor, acolhia-se à protecção do Conde de Arnoso, secretário particular de El-Rei.
Um drama passional, grande drama, pelos personagens que nele tomaram parte, uma senhora casada, bonita e elegante, um médico, seu marido, um rapaz filho de boa família seu amante. Vítima o seu amante. Durante muito tempo este drama foi designado pelo sítio onde se deu, à Mãe-d'Água, perto do Arco do Evaristo, à Patriarcal Queimada.
E como os jornais não pudessem referir-se a ele, vista a situação elevada de todos os protagonistas, combinaram eles insultar e censurar o senhorio da casa onde o crime se dera e que era um pobre cego que alugava a casa (no pleno direito seu) para tudo, entrevistas amorosas, reuniões políticas, etc. Demais esse cego, guiado por um cão que conhecia as ruas e casas onde o seu dono podia angariar as esmolas que lhe permitissem viver, era digno que o protegessem, porque podia ser considerado um monumento nacional, toda a gente gozava da misericórdia de o proteger e de o favorecer.
Trinta e cinco anos depois, uma senhora, tendo ouvido falar no drama da Mãe-d'Água, julgando tratar-se de alguma megera, perguntava-me quantas crianças tinham morrido nesse drama. Respondi-lhe que uma só, porque a vítima ainda não tinha 20 anos e era uma criança, meu amigo, — com pretensões a homem e o assassino devia saber que as crianças não se castigam a tiros de revólver...
O criminoso exilou-se para a África e creio ter lá morrido. Pessoas fidedignas asseguravam que quando, em África, lhe falavam no crime que havia cometido e lhe insinuavam que a vítima era um rapaz imberbe, o assassino respondia sempre que «fora uma lição à mocidade imberbe...» Castigar crianças... a tiros de revólver... Safa! Este crime abalou a moral de duas famílias. Votaram ódio uma à outra. Enlutou-as durante muitos anos. Hoje se há pessoas coevas, deve haver o esquecimento.

CAPÍTULO IV

Quando os meus pais foram morar para o 183 da Rua de S. Bento, em Lisboa, havia nessa rua uma pastelaria, com o número 127.
Logo que o dono da loja soube do novo morador, mandou-lhe como cartão de visita, e também como reclame, um prato com uma dúzia de pastéis de nata, de seu fabrico, de que aquela casa era afamada.
Meu pai quis recusar, mas como eu, muito guloso, num deles havia dado uma dentada, foi resolvido aceitar a oferta e quando meu pai fosse para as Cortes, exercer a sua função de deputado, bastaria o seu agradecimento pessoal para pagamento, visto que o pasteleiro não aceitava dinheiro.
Ora nesse tempo a venda de guloseimas era feita nas ruas mais por mulheres do que por homens. Eram as pretas que vendiam os produtos africanos adoçados em açúcar e mel ou acompanhados com *capilé de cavalinho* e água fresca tirada do chafariz que perto havia.
O *capilé de cavalinho* não era nenhuma especialidade. Chamavam-lhe de *cavalinho* porque para o beber era preciso, visto que ele se vendia dentro de umas garrafas pequenas, chupá-lo por meio de um canudo de lata que tinha um cavalo em lata, também, chumbado.

O pastel de nata era muito procurado, mas se as lojas não conseguiam vender toda a fornada, o resto era vendido, a preço baixo a homens que apregoavam a mercadoria assim:

— Quem quer pastéis de nata. *Cinco réis cada lambedela*. E tinham muita freguesia entre a garotada.

Porque a lambedela tanto podia ser grande como pequena, mas às vezes era grande demais.

E como estamos falando de doces, e como eles nunca amargaram, digamos alguma coisa sobre eles.

Havia 3 pastelarias geridas por italianos e produzindo especialidades: O *Baltresqui*, por baixo do moderno Clube Tauromáquico; o *Ferrari*, no sítio em que hoje está; o *Pucci*, o *Rendez-vous des Gourmets*, na Rua do Ouro; o *Cócó*, produzindo os belos pastéis imitativos dos pastéis do Convento de Tentugal; uma pastelaria no Calhariz que fazia bolos de leite, bons para as crianças, bons e nutritivos; uma confeitaria onde se faziam os caramelos de açúcar, no Rossio; e por aqui ficamos, não nos esquecendo dos pastéis de nata de Belém, e as queijadinhas que o Martinho da Arcada fabricava em segredo, visto não querer pagar como pasteleiro e sim como café e bebidas.

Mas, reatando o começo deste capítulo que eu trouxe à baila, era para dizer que estando as Cortes de Deputados e Pares do Reino abertas, a Rua de S. Bento era um bom canal para conduzir aqueles representantes ao edifício das Câmaras; a tal pastelaria em certos dias de fornada de pastéis tinha uma concorrência de gente que era de espantar. E era pena que a loja fosse de pequena capacidade, porque havia dias em que se fazia bicha para comer ou comprar os belos pastéis de nata de S. Bento.

CAPÍTULO V

Concluído o meu Curso Superior de Letras, cujos professores e colegas foram sempre, aqueles muito amigos e estes muito dedicados, perguntou-me meu pai o que desejava eu ser, diplomata, médico, ou magistrado e tudo o mais, escolhesse o que eu quisesse, que ele com a sua influência, satisfaria o meu desejo.

Pedi algum tempo para pensar. Nesse intervalo eu veria o que mais me convinha. Ora o que eu desejava, era fazer uma viagem ao estrangeiro e Roma atraía-me por várias razões. A primeira era porque tendo eu tido distinções em latim e latinidade, mercê da inclinação que eu sentia pela civilização romana. Meu pai era um latinista distinto e de véspera ensinava-me a lição que eu havia de dar ao professor Epifânio da Silva Dias que compreendendo que o seu discípulo tinha um «espírito de santo de orelha», empenhava-se em lutar com ele por detrás da cortina; e assim desde novo me acostumei a preferir a todas as civilizações, a latina.

Assim, parti para Roma com o passaporte diplomático de adido à legação de Portugal junto do Papa Lião XIII.

Era uma experiência. E quando voltei, era meu pai Presidente do Supremo Tribunal Administrativo. Presidente do Governo era o Conselheiro João Franco Castelo Branco e como meus pais se sentiam sòzinhos, pediram-me para eu aceitar um lugar vago na Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, onde fiz a minha carreira de 40 anos de funcionário do Estado.

CAPÍTULO VI

No dia 1 de Fevereiro de 1908 deu-se o assassinato de El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe.

E nesse mesmo dia foi proclamado Rei de Portugal, o Infante D. Manuel, Duque de Beja.

Constituiu-se um governo, presidido pelo almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral. Em sessão do Conselho de Estado, El-Rei foi de opinião que esse governo fosse de acalmação para serenar os ânimos políticos, na intenção de todos se reunirem em sua volta, para bem levar ao fim o seu encargo de Rei Constitucional.

A primeira medida a tomar foi a nomeação dos governadores civis, representantes do governo central e os primeiros magistrados dos distritos (excepto Lisboa). Reunidos todos eles, pelo menos os que estavam em Lisboa, fomos de carruagem para o Paço da Ajuda, para agradecer a nomeação régia e prestar juramento.

Na carruagem que me transportava ia o Conde de Penalva, governador de Castelo Branco, o Dr. Garcia dos Reis, do Algarve e eu, do distrito de Beja e outros mais cujos nomes me esqueceram.

Foi meu pai quem me apresentou a El-Rei D. Manuel. Não foi por muito tempo, trinta minutos o máximo. Havia muita gente a atender. Foi a primeira vez em que lhe falei e combinámos a sua visita ao sul de Portugal, especialmente Beja, que se faria depois da sua viagem ao Porto.

Infelizmente tudo sucedeu ao contrário do que se projectava. A monarquia caiu, El-Rei exilou-se e quando ele estava em Vichy, lembrei-me de ir a esta cidade e de lhe pedir o seu *ex-libris* para a minha colecção que eu tencionava doar à Biblioteca da Universidade de Coimbra. Em Vichy o procurei, aí fizemos algumas confidências sobre política e ele lastimou o sucedido com uma frase que ele empregava repetidas vezes: *Foi uma fatalidade!* E nunca mais nos encontrámos.

Eis aqui as recordações que durante 70 anos me deixaram impressões — alegres — porque as tristes, que foram bastantes, não é bom recordá-las. A minha vida até aos 10 anos foi um rol de doenças que, dizia meu pai, *eu não tinha onde cair morto*. Contudo, quando eu passei dos 70, e que, consegui vencer os 80, previ que venceria essa idade e que atingiria os 90. Neste momento tenho 89 e 7 meses e espero atingir os 90 no dia 7 de Julho de 1963, se Deus me der vida e saúde.

ACONTECIMENTOS CITADINOS

POSSE DO 2.º-COMANDANTE DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS

CONFERENCIA NAUTICA INTERNACIONAL DO BALTICO — A RECEPÇÃO EM MONTES CLAROS

CUMPRIMENTOS À C. M. L. PELOS DELEGADOS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SABOARIA E DETERGÊNCIA

O GRUPO DE TRABALHO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO APRESENTA CUMPRIMENTOS À C. M. L.

HOMENAGEM DO MUNICIPIO AO ARTISTA VASCO LOPES DE MENDONÇA, NA EXPOSIÇAO REALIZADA NO PALACIO GALVEIAS —O PRESIDENTE DA C. M. L. FAZENDO O ELOGIO DO ARTISTA

«A VIZINHA DO LADO», NA ESTUFA FRIA

HOMENAGEM A GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

UMA NETA DO HOMENAGEADO DESCERRA A LÁPIDE COM O SEU NOME, NA CASA ONDE VIVEU, NA RUA NOVA DE SANTO ANTÓNIO

O PRESIDENTE DISCURSANDO NA CERIMÓNIA

RECEPÇÃO NA ESTUFA FRIA AOS MEMBROS DA I EXPOSIÇÃO FILATÉLICA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS À C. M. L., PELO MAYOR DE NAIROBY

HOMENAGEM DO MUNICÍPIO A LUÍS DE CAMÕES

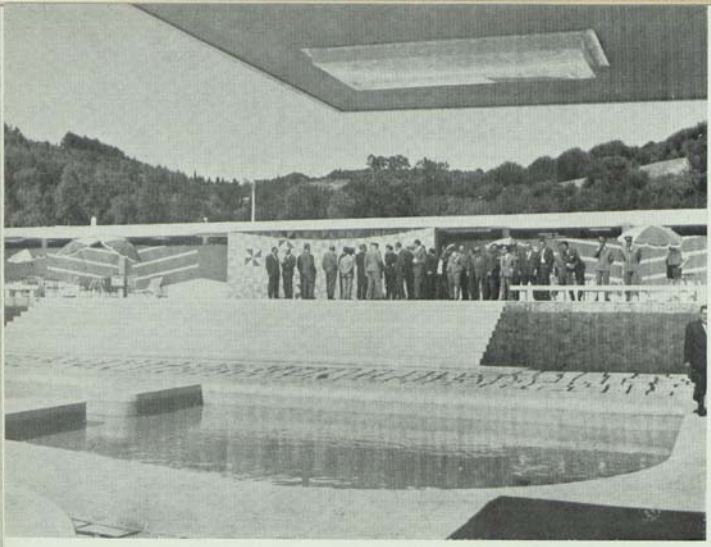
NOIVAS DE SANTO ANTÓNIO — O PRESIDENTE CONVERSANDO COM UM DOS CASAIS EM MONTES CLAROS

«TE-DEUM» NA IGREJA DE SANTO ANTÓNIO DA SÉ

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO III SALÃO DE ARTE E ARTESANATO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

POSSE DO NOVO ADJUNTO-TÉCNICO DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS

O PRESIDENTE DA C. M. L. DISCURSANDO NA INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA PARA CEGOS NO JARDIM DA ESTRELA



INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO

A DIRECÇÃO DA CASA DA IMPRENSA, REPRESENTADA PELO SEU PRESIDENTE MORAIS CABRAL, ENTREGA AO PRESIDENTE DA C. M. L. O DIPLOMA DE SÓCIO HONORÁRIO

ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE RECRUTAS DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS —O SR. DR. PIRES DE LIMA, ENTREGANDO O MACHADO A UM DOS NOVOS SAPADORES BOMBEIROS

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS À C. M. L. PELOS COMPONENTES ESPANHÓIS DA ORGANIZAÇÃO «EDUCACION Y DESCANSO» —O PRESIDENTE, AGRADECENDO A VISITA

RUA DE S. MIGUEL (ALFAMA)

(AGUARELA DE ROQUE GAMEIRO)

FERREIRO - 63

Lisboa veio para a Baixa admirar o espectáculo do desfile das Marchas Populares de 1963

De cravo rubro nos cabelos, de saia curta, rodada, de manjerico à janela, queimando uma alcachofra e «balãozinho na ponta do pauzinho», Lisboa pode importar as modas estrangeiras que não deixa de ser também bairrista e popular. Salta as fogueiras nas ruas estreitinhas a perder-se nos ângulos das velhas casas e vem, na véspera de Santo António, para a Avenida ver passar as marchas. Menina-Lisboa já não deita papelinhos, já não pergunta às estrelas o nome do namorado, já não vai às orvalhadas, já não lê no copo e na clara do ovo qual vai ser o seu destino. O tempo não perdoa e na lembrança dos velhos vão-se perdendo os usos da tradição. Mas o povo, com sua alma gentil, vai modelando e afeiçoando ao seu gosto outros motivos. E se as «marchas» de Lisboa querem dizer alguma coisa etnogràficamente, ela aí está, em dois momentos do desfile, o da ponte sobre o Tejo, apresentada como «ex-libris» de Alcântara, e a máscara de Norberto de Araújo, um dos notáveis de Campo de Ourique.

Bandas que lembram as dos bailes dos quintalinhos, gente que faz do moirejar o seu brasão, outra que exprime a saudade do que foi, uns mais ricos, outros mais singelos, moças airosas, no pé a chinela, moços garbosos empunhando as luminárias, tudo isso foi o desfile das marchas populares de Lisboa, na noite de Santo António, em verdadeiro festival de beleza e colorido.

Ao longo das avenidas foi correndo esse sangue na guelra da cidade. À frente, as bandas das colectividades, depois os estandartes.

E surgiu refulgente a Madragoa pescadora e ribeirinha, descalça, de sete saias à murtoseira, que são de lá quase todas as peixeiras de Lisboa. Um carro de ingénua decoração, evocando a pesca; nos arcos os motivos da pesca, âncoras, lemes, a nau de S. Vicente, a canastra do peixe, o escudo do clube lá do sítio e, a fechar, a legenda «Honra aos jornais». Ou não fosse o organizador o Vendedor de Jornais Futebol Clube! Varinas e pescadores — sem pregão, mas levando nos lábios a canção «Varinas da Madragoa, Alegria da Cidade!».

Bica

Marvila

Alfama

Campolide

Madragoa

Mouraria

Ainda pairava no ar o último pregão da Madragoa e já se anunciavam os arcos brancos da Marcha do Castelo, toda de azul e branco. S. Jorge, Afonso Henriques de elmo emplumado, que a defendam das ameias. Que linda vai a Marcha do Castelo, de saia, calça e boné brancos, sobrecasaca azul e o seu ar marcial!

Mais singela e mais triste, será a Marcha de Marvila, será; elas de saia azul com barras, colete cor-de-rosa, de xaile e lenço amarelos, colete e calça de cor de cinza. Mais triste é e será, mas isso que importa?

> Quem na marcha se perfila
> é Marvila!...

CADA MARCHA ERA UMA ALEGORIA DE BAIRRO, EM CORTEJO DE ENCANTAMENTO

A Marcha da Mouraria tem o prestígio de presença sempre esperada — e desejada. Boné e lenço à rufia, casaco ajustado, para eles; xailes pretos e saias encarnadas para elas, à Severa, um cravo rubro nos cabelos. Nos arcos, os motivos do orgulho do seu bairro: a Capelinha da Saúde e a própria imagem da Santa, «O Fado», de Malhoa, guitarras, a que só faltam dedos que as façam chorar...

Já se ouvem «Cantigas no ar, rapazes venham ouvir». São os da marcha de Campolide, com o seu querido aqueduto e uma terna homenagem à memória de Norberto de Araújo, que foi quem mais deu brilho às coisas inspiradas na alma popular. Elas vêm de saia curta de ramagem, de lenço muito vermelho, colete negro, eles de chapéu braguês. Pode ser triste a luz que os alumia; a alma, essa é alegre e lá parte cantando, com arco e seu balão.

Não, não é a dança da luta que revive na Marcha da Bica. Desta vez são os seus aguadeiros levando ao ombro o barril — os galegos — e as moças que vão encher a cantarinha à fonte. A água parece luz. E é uma revoada de palmas, de alto a baixo da Avenida. E merecida. A Bica, «tão rica, no jeito c que quer?».

«Sobe o Arco Carvalhão à Rua Maria Pia»... É claro, é a Marcha de Campo de Ourique, que vai a passar, discreta saia comprida de ramagem, romeiras de estamenha. Também estes não pediram aos rouxinóis do campo em que nasceram que alegremente cantassem na sua «Marcha». É triste o cantar da Marcha de Campo de Ourique...

E vem Alfama, marinheira, de camisola às riscas, com as naus e as caravelas das sete partes do Mundo por onde andaram os Gamas e os Cabrais; e vem a Graça com seus padrões de glória — a Senhora do Monte, o Royal Cine, o Batalhão de Telegrafistas, discreta, quase pobre; e vem São Vicente, peraltas e secias, levando a «Voz do Operário», o santo que lhe dá o nome, e aquele ar senhoril das fidalguinhas de outrora; e vem Alcântara, bairrista, de caravelas e a ponte sobre o Tejo, o Calvário, a «mostrar» à Bossa Nova como canta esta Lisboa...

O Alto do Pina fecha a mancha das «marchas». Vai airosa e comedida, sim senhores! E demora-se cantando e dançando. Porque cada «marcha» não é apenas uma cantiga mas também uma marcação de dança — umas vezes muito saracoteada, outras discreta e singela, umas vezes pedindo meças à revista, outras preferindo a inspiração folclórica...

«Cá vai Lisboa! Toda ela engalanada! Olhai Lisboa...»

E Lisboa olhou e gostou.

ASSISTIRAM AO DESFILE CERCA DE CEM MIL PESSOAS

Era véspera de Santo António, um dos três Santos populares da cidade. Novos e velhos irmanaram-se no mesmo ardor e participaram na folgança. Sobretudo os rapazes e as raparigas — os rapazes e raparigas que acreditam no poder casamenteiro de Santo António, o Santo António que Luís Figueira, assim, caracterizou:

> «Santo António gosta tanto
> de arranjar um mangerico
> que põe milagres de santo
> num cravo e num mangerico»

A concentração começou às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos. Centenas de pessoas distribuíram-se no Parque Eduardo VII para ter a satisfação de ver chegar as marchas; para serem os

Alcântara

Campo de Ourique

Castelo

Alto do Pina

São Vicente

Graça

primeiros a ter uma imagem da festa. Depois, pouco a pouco, a Praça Marquês de Pombal ficou repleta: gente na placa da estátua e apinhada nos gradeamentos e nos leões de mármore.

O trânsito de automóveis fora interrompido a partir das 20 horas. Milhares de pessoas, em várias alas de cadeiras nas duas placas centrais da Avenida da Liberdade, em cujas bermas dos passeios se viam centenas de crianças.

Muitos foram os que subiram para as árvores. Outros foram os que ficaram apinhados junto às cercaduras que dividiam as cadeiras.

As janelas e varandas cheias de olhos atentos e curiosos.

Nos Restauradores, também havia enorme multidão, que se prolongava pelo Rossio e através da Rua do Ouro até ao Terreiro do Paço. O Teatro Nacional, o Secretariado Nacional da Informação, o Palácio dos C. T. T., o Montepio Geral, e muitos outros edifícios públicos estavam, igualmente, ocupados por centenas e centenas de pessoas. Talvez fossem ao todo cerca de cem mil pessoas as que acorreram interessadas na evolução do cortejo.

Roteiro turístico de Alfama

POR *COSTA GARCEZ*

Debruçado sobre a paisagem sem fim que se perde de vista até à linha de horizonte, fechada pelas cumeadas das Serras da Arrábida e de Palmela, o Miradouro de Santa Luzia desvenda-nos não só o panorama azul do Tejo, mas, também, toda essa amálgama multicor de edifícios e vielas, escorrendo pelas vertentes, agarrando-se aqui num contraforte, parecendo, mais além, abismar-se, numa anfractuosidade do terreno, para, logo a seguir, grimpar no coruchéu de um templo, esguichado, com força, de entre o casario a que se chama: Alfama.

Daqui, do alto do miradouro, como da urdidura de um teatro, abarca-se, sem *perder pitada* — como diz o povo — toda a extensão de Alfama, de S. João da Praça, às Portas da Cruz; do Salvador e da Adiça, ao Chafariz de Dentro e às Portas do Mar, tendo a servir-lhe, como que de veneranda torre de menagem, a massa grandiosa, mas elegante, do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Um só edifício quebra a harmonia da paisagem que se desfruta: a cadeia do Limoeiro, deselegante casarão que sempre conhecemos — há já lá vão quase vinte anos — de cor duvidosa, em permanentes obras que parecem apostadas em torná-lo, de dia para dia, mais inestético, mais indigno de figurar naquele *decor* que é todo um cartaz turístico a que não faltam a vetustez da Sé e o sabor medieval do Castelo de S. Jorge...

Quantas vezes nos deixamos ficar, horas e horas, de dia, quando o Sol realça tudo à nossa volta, ou à noite, quando, apenas, a lua quebra o sigilo

de um devaneio amoroso de gatos pelos telhados, ou de discretos parzinhos pelas esquinas, a olhar o emaranhado das escadinhas e becos tortuosos, a assimetria, despreocupada, das construções, com o seu imponderável ar de mistério!

Mas o nosso intento é levar-nos a ver Alfama e por isso, bem nos parece que poderemos começar a nossa digressão.

Sabemos que o Senhor, exactamente o Senhor, que acabou de acender o seu cachimbo predilecto e se prepara para gozar de um repouso bem merecido, detesta estas caminhadas... Não se preocupe, porém; não lhe exigiremos, por ora, quaisquer sacrifícios. Ficará em casa, agarrado às pantufas, à xícara do café e ao cálice de *brandie*, ou, se o seu patriotismo o preferir, de vinho do Porto... Depois, talvez tenha curiosidade e venha mesmo a Alfama... Deixar-lhe-emos, então, o gosto de descobrir, por si só, aquilo que a sua sensibilidade lhe revele e que, por acaso, nos tenha passado despercebido a nós.

Aspecto exterior da Igreja de Santo Estêvão, notando-se, do lado esquerdo, o soco da torre norte, sem sineiras, nem coruchéu

As obras de valorização de Alfama, criaram esta nova perspectiva de S. Vicente de Fora, colhida na Rua de Norberto de Araújo

★

E já que estamos no Miradouro de Santa Luzia podemos descer, pela velha Adiça, hoje Rua Norberto de Araújo... Era um bom amigo, dos homens e da sua Lisboa, este Norberto de Araújo, cujo nome se ostenta no cunhal das escadinhas que outra coisa não é do que um antigo lanço da muralha que os mouros construíram à volta do povoado a que chamavam *olischpone*.

Se, do alto, perdíamos a vista na paisagem, ao descermos a escadaria vão-se-nos cortando, aos poucos, os horizontes e, enquanto caminhamos, aproveitaremos para recordar.

Não é de hoje, nem de ontem, a ideia de «valorizar» Alfama que entrou, agora, numa fase de realização que se nos afigura a única de sério e verdadeiro critério.

Interior da Igreja de Santo Estêvão, sobressaindo, ao fundo, o crucifixo, da autoria de José de Almeida

Debruçado sobre o rio e o casario de Alfama, fica o adro de Santo Estêvão, com o seu cruzeiro, datado de 1669

O Beco do Carneiro é uma típica serventia pública, descendo de Santo Estêvão, para a Rua da Regueira, bem no coração de Alfama

Mestre Júlio de Castilho em *A Ribeira de Lisboa*, fala-nos em pelo menos duas iniciativas desse género. Uma de 1852 e outra de 1879.
Fixemos, por exemplo, esta última, da autoria do vereador Theophilo Ferreira, apresentada em sessão de 22 de Setembro daquele ano *(Archivo Municipal de Lisboa* — ano de 1879).
A proposta sobre que se despachou: «À Comissão de Obras e Melhoramentos, para os fins convenientes», era do seguinte teor:

> «*Senhores:* — *Quando se fala entre nós de melhoramentos municipais todos nos apontam para o infecto* (sic) *bairro de Alfama. E há bem justificadas razões para isso. Contudo falta um plano completo dos melhoramentos a empreender nesse malfadado* (sic) *bairro.*
>
> *Por isso proponho:*
>
> *1.º — Que se ordene à repartição técnica o levantamento duma planta completa de todo o bairro de Alfama;*
>
> *2.º — Que sobre essa planta se estude o meio mais fácil de tornar aquele bairro salubre e em circunstâncias de ser convenientemente habitado;*
> *3.º — Que no orçamento geral desta câmara se inclua todos os anos uma verba necessária para pelo menos se abrir ali anualmente uma das ruas estudadas e projectadas no plano geral para esse fim elaborado».*

Bendigamos, neste caso, a *burocracia* que fez emperrar um tal projecto baseado, abertamente, —veja-se o número 3.º — na famosa fórmula do «bota abaixo», total e impiedoso!...
Perante este processo de valorizar Alfama Júlio de Castilho opinava: «Não admito (salvo o devido respeito) que melhorar Alfama seja cortá-la de avenidas e alastrá-la de largos. Alfama é um livro interessantíssimo, que a picareta moderna profanaria ignòbilmente. A maneira de melhorar Alfama seria conservá-la quanto possível na sua arquitectura e feição arqueológica, buscar fixar-lhe

Aspecto exterior da ermida do Espírito Santo

Interior da Ermida do Espírito Santo, em que avultam os silhares de azulejos de valiosa composição

o plano medievo, reedificar no antigo risco as igrejas e as casas a pouco e pouco, e manter aquele fragmento, desde a Adiça às Portas da Cruz e desde as Escolas Gerais até ao Almargem, em toda a sua aperência velha de cidade primitiva».

E Castilho continuava: «Quem possui um precioso manuscrito truncado, roto, do século XVI, com iluminuras em volta das margens, e letras iniciais ainda doiradas, não o manda intercalar de páginas em tipo Didot, impressas em velino alemão, nem o intermeia de caricaturas de Garvani, nem o manda encadernar em *chagrin* com doirados em estilo império».

«Alfama — concluía — é o nosso manuscripto; não o profanemos» (loc. cit.).

Foi na esteira do pensamento de Júlio de Castilho que a «Comissão de Valorização e Conservação de Alfama» resolveu preparar o seu plano de trabalhos. E ainda bem!...

Por isso, ao descermos estas escadinhas da Rua Norberto de Araújo, à esquina das quais um arco de feliz concepção enquadra, maravilhosamente, o Mosteiro de S. Vicente, nos sentimos atirados alguns séculos para o passado, sensação que mais se apossa de nós, à medida que vamos descendo. Claro que esta sensação é, tão-só aparente, pois, apenas, se procura enquadrar o exterior de Alfama no seu aspecto primitivo, ao mesmo tempo que se tenta levar aos interiores o máximo de conforto e de higienização para os moradores. Isso mesmo se depreende da leitura do *Relatório da Comissão Executiva da Valorização e Conservação do Carácter Tradicional e Secular do Bairro de Alfama* onde, depois de se explanar o que se fez e o que falta fazer, no tocante à higiene e à salubridade se afirma a necessidade de providenciar «no que respeita à adopção, em todo ele, dos meios conducentes à melhoria sanitária dos seus moradores...».

Mas supomos que basta, por ora, de considerações. Retomemos, portanto, o nosso passeio por Alfama.

★

Não vos queremos fazer perder muito tempo e, por isso, depois de estarmos bem dentro de Alfama, vamos procurar uma posição ideal para iniciarmos a nossa caminhada, de forma a podermos ver o máximo, seguindo pelo itinerário mais curto.

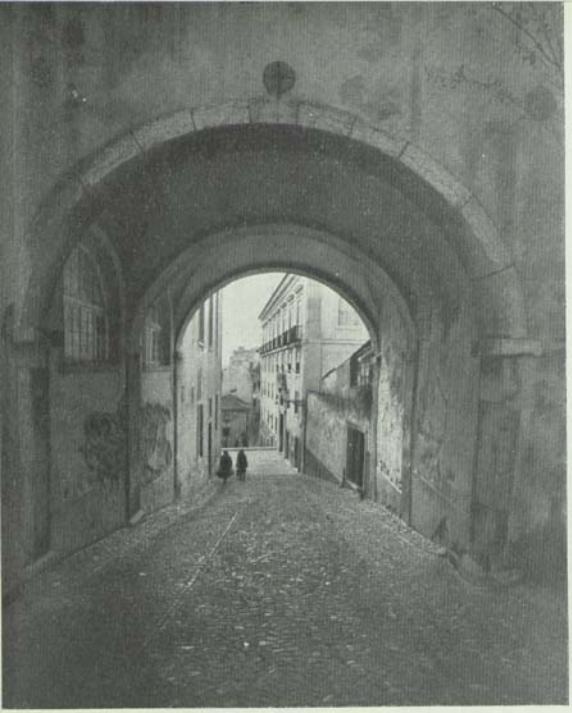
Subamos, se não se importam, a pequena elevação em que se ergue a Igreja de Santo Estêvão. Uma paragem de alguns minutos, para darmos uma vista de olhos pelo templo que é monumento nacional desde 27 de Agosto de 1917; e será tudo. O seu aspecto exterior, rodeado pelo enorme adro, onde campeia um *cruzeiro,* datado de 1669, é vulgar nas igrejas lisboetas, embora bastante equilibrado, apesar de, depois do terramoto de 1755 não se ter reconstruído a torre do lado norte, servindo, actualmente, apenas, a outra.

O interior, de forma octogonal, — não muito habitual nos templos de Lisboa — é de rara beleza, desde as capelas laterais, em número de seis, à capela-mor, coroada por um Cristo crucificado, de madeira revestida de gesso, ao que se pensa proveniente de Mafra e da autoria de José de Almeida, o célebre escultor e entalhador que, com seu irmão Félix, trabalharam no coche de D. João V, hoje no Museu de Belém. De notar algumas das imagens existentes no templo, muito principalmente a do orago, esculpida por Nicolau Pinto.

Ao voltarmos ao exterior e ao percorrermos o adro, alcandorado sobre os telhados e com amplas vistas do Tejo, não deixaremos de recordar que nele devem ter meditado alguns clérigos portugueses de certa nomeada, como o P.e António Soares de Albergaria, nascido em Castelo Branco, em 1581, homem de «bom engenho, feliz memória e contínua aplicação aos livros principalmente históricos e geneológicos», conforme escreveu o Abade Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana,* que aqui foi beneficiado, antes de se retirar para a vila de Almada, onde morreu, pobre e arruinado pela edição dos seus *Tropheos Lusitanos;* ou o próprio mestre João, físico da Rainha a Senhora D. Brites, nomeado prior, em 18 de Maio de 1295, por D. Dinis; ou, mais recentemente, Monsenhor Gustavo Couto, autor de uma *História da Igreja de Santo Estevão de Lisboa.*

Digamos adeus ao templo, erecto, sob a invocação de Santo Estêvão, o primeiro mártir do cristianismo e à complicada topografia do sítio, entrecortada por escadas e mais escadas e tomemos

Pormenor de um dos silhares de azulejos da Ermida do Espírito Santo, representando a Anunciação



O Arco do Salvador, visto de Norte para Sul

por uma delas: o Beco do Carneiro. Estamos em acreditar que não há, no mundo inteiro, serventia pública mais típica do que esta, com o seu escasso metro de largura e os telhados, lá no alto, tão unidos que quase se não vê o azul do céu.

★

Neste recanto de Alfama há, para ver, a Ermida do Espírito Santo, ou dos Remédios. Trata-se de um minúsculo templo, situado no fim da Rua dos Remédios, quando esta desemboca no Largo do Chafariz de Dentro.

Segundo afirma Sidónio Miguel, no seu opúsculo *A Igreja e o Sítio de Santo Estevão de Alfama*, «a ermida — dizem autores — datada de 1581, é dedicada ao Espírito Santo e foi a capela do hospital do mesmo nome, instituído para os irmãos pobres pela respectiva irmandade que sabemos de mareantes e pescadores de Alfama, cujo juiz conservador era o corregedor do crime de Lisboa».

Além do portal manuelino, encimado pela pomba do Espírito Santo, quem adrega nela entrar poderá observar algumas imagens curiosas e de grande devoção na Lisboa antiga e um conjunto de azulejos que se nos afigura de registar. Entre as imagens há uma da Senhora dos Remédios que, reza a tradição, foi encontrada num poço, ainda existente, junto da entrada principal do templo, do lado interior, por uns operários que dele tiravam água para obras em curso.

★

De novo ao ar livre, subamos a Rua da Regueira que fica à ilharga do templo e tomemos pelo Beco das Cruzes, até à Rua do Castelo Picão.

Antes, porém, iremos ao Largo do Salvador onde ficam os restos do convento do mesmo nome, na actualidade, bastante desfigurados. Desse modo basta-nos uma pequena paragem evocativa do que aquilo foi.

A fundação do templo do Salvador perde-se nos primórdios da nacionalidade portuguesa e a lenda do caçador que achou, naquelas paragens, então inóspitas, uma imagem de Cristo crucificado é-nos contada, com todo o sabor de prosa de Júlio de Castilho, na *Lisboa Antiga*.

Foi, segundo a história, D. João Esteves, antepassado da actual família dos Condes de Arcos, Bispo do Porto, Arcebispo de Lisboa, Cardeal da Santa Igreja Romana e, antes de tudo isso, valoroso soldado da Guerra de Independência, quem, em 1391, transformou o recolhimento já existente e a que o povo chamava das «Beatas da Rainha», no Convento do Salvador.

Da opulência antiga do cenóbio, que chegou a ser sede de uma freguesia de Lisboa, pouco ou nada resta, com as sucessivas transformações que lhe introduziram depois que, em 28 de Abril de 1884, «o senhor administrador do bairro oriental» tomou «posse do convento do Salvador, por ter falecido a última freira», como se escreveu num jornal da época.

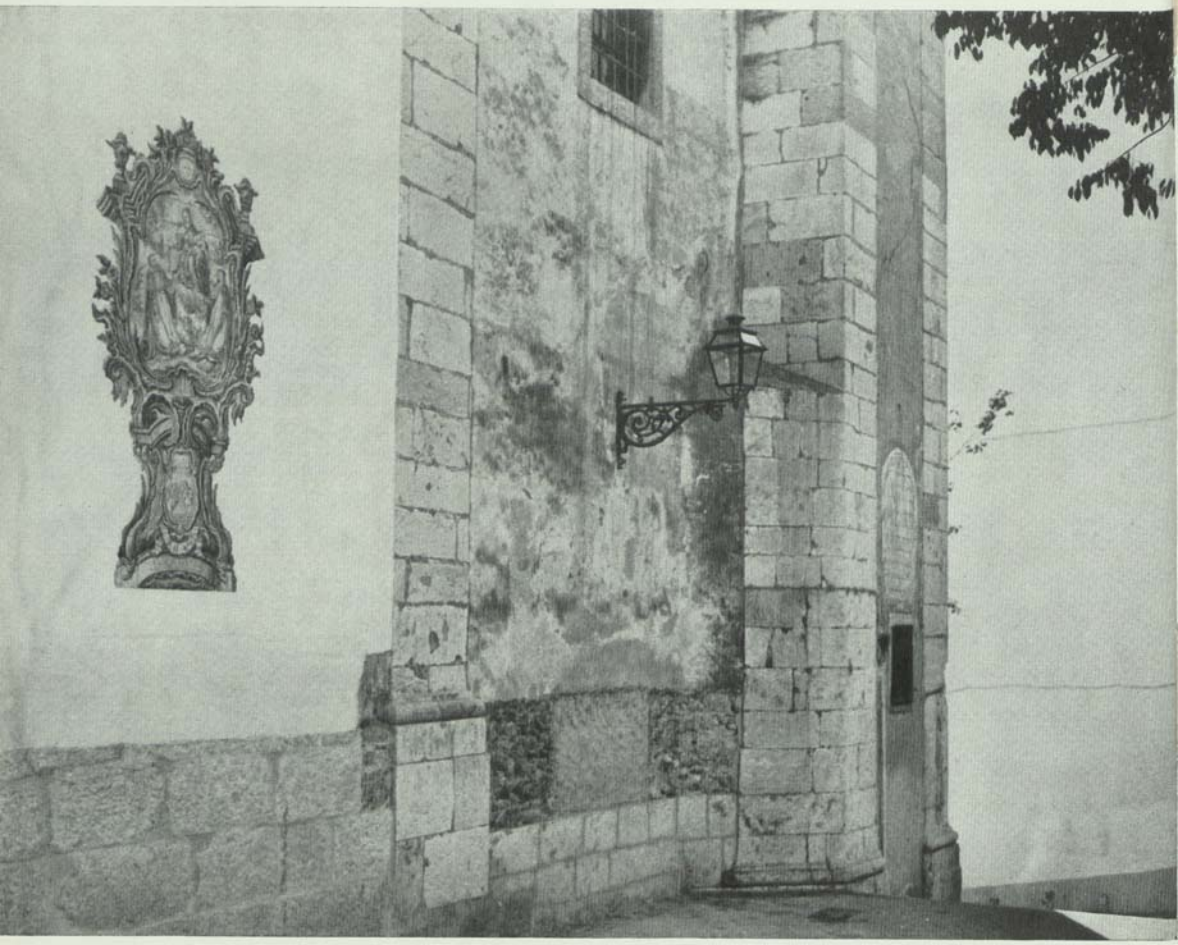
Ficou o *Arco do Salvador*, tantas vezes reproduzido em brochuras e folhetos de propaganda da Lisboa de outrora, projectada no nosso século.

★

Retomemos o caminho interrompido, ao tornejarmos do Beco das Cruzes para a Rua do Castelo Picão.

Interior da Igreja de S. Miguel, com a sua talha rica e seus belos quadros de Bento Coelho da Silveira

Cunhal da torre poente da Igreja de S. Miguel, vendo-se, no alçado lateral, o painel de azulejos policromados, do século XVIII, oferecido à Câmara Municipal de Lisboa pelo Comandante Ernesto de Vilhena



A certas horas do dia a Rua de S. Pedro transforma-se num dos mais concorridos e típicos mercados de Lisboa

Passamos, agora, por ruas típicas, de um encanto muito especial. Um painel antigo de azulejos abre caminho por entre a folhagem verde de uma trepadeira. Mais adiante uma adufa misteriosa recorda-nos séculos passados. Mulheres costuram às portas e discutem os acontecimentos do dia. Um turista embasbaca-se por detrás do visor da máquina de filmar. Crianças brincam, em azougada correria. Homens, poucos, só os velhos, que os novos andam na faina do rio, embarcados em varinos e fragatas, ou nas docas, na descarga dos navios, angariando o sustento de cada dia.

Eis-nos chegados a um novo local característico, todo em escadinhas, lembrando um monumental trono de Santo António, tão do gosto popular da gente de Alfama. Estamos junto da Igreja de S. Miguel, um dos templos mais ricos, em talha, de Lisboa, capaz de enfileirar com a Madre de Deus, os Anjos e os Paulistas. Vale a pena entrar, pois, o exterior em nada nos revela o que, dentro, iremos encontrar.

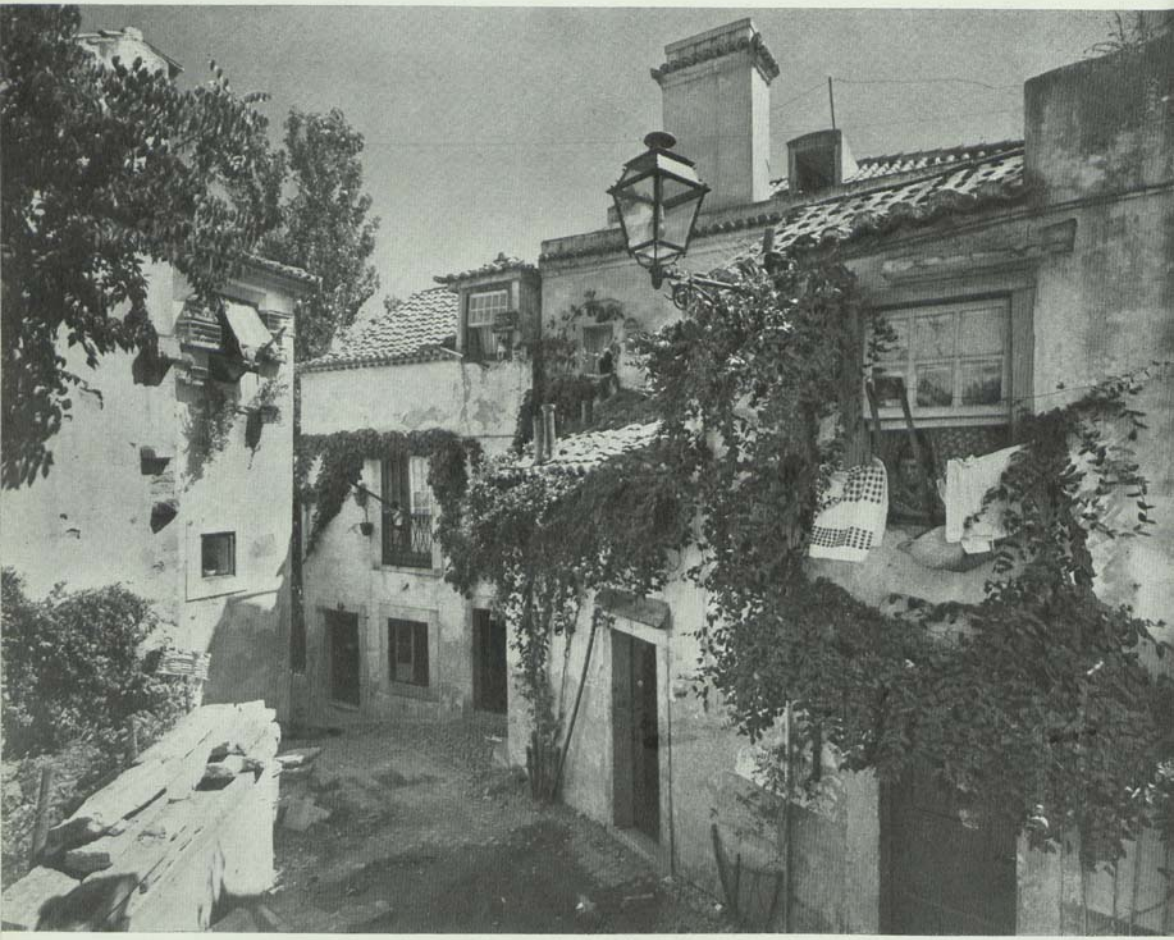
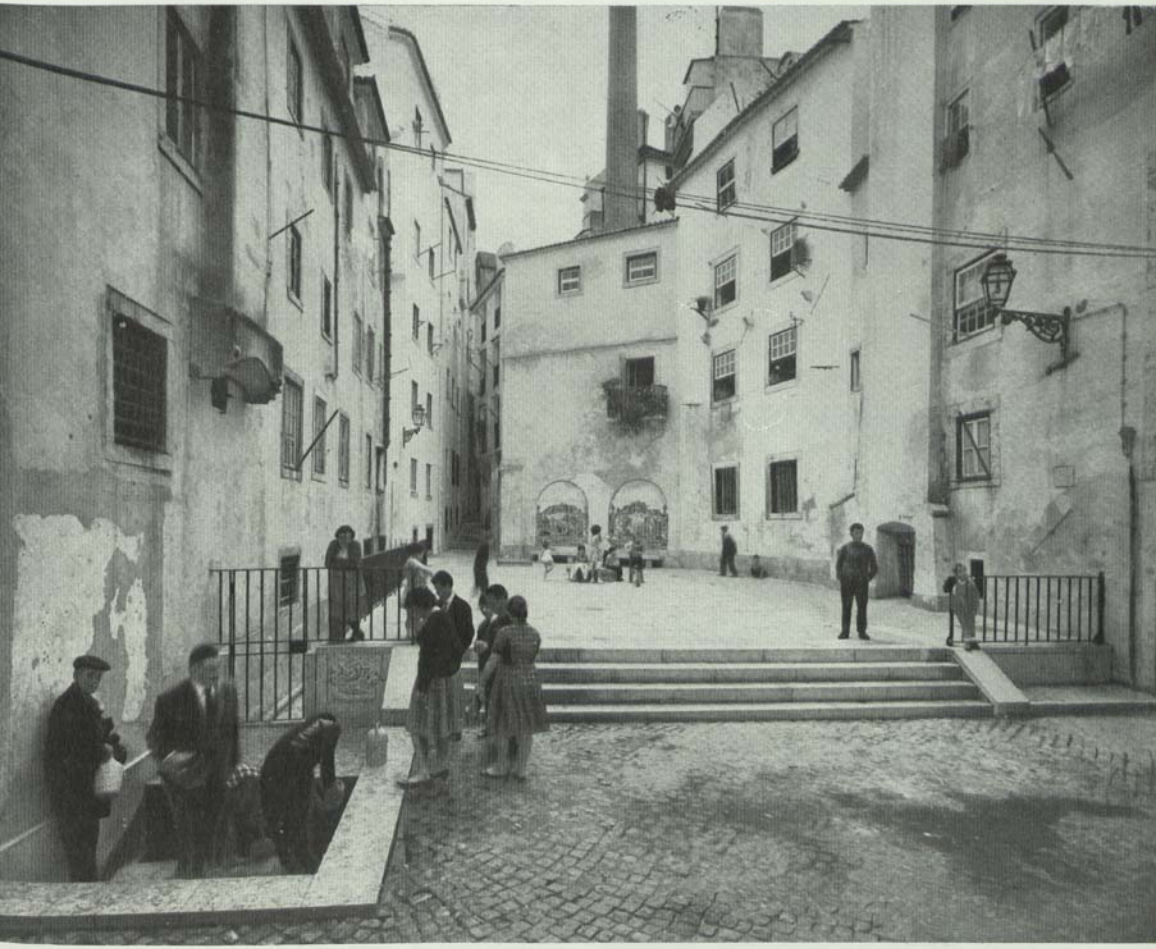
★

O templo, segundo Norberto de Araújo, [*Inventário de Lisboa* (fascículo 10)], embora remonte aos primórdios da monarquia portuguesa, coevo, talvez, do de Santo Estêvão que já visitámos, foi reedificado, desde os alicerces, em 1674 e restaurado, após o terramoto de 1755, dado que sofrera, então, alguma ruína.

Todo o interior da Igreja de S. Miguel, de uma única nave, é uma sinfonia de talha que se estende desde a capela-mor aos seis altares laterais e que corre, depois, pelas paredes, emoldurando dezasseis belos quadros de Bento Coelho da Silveira, representando os Doutores da Igreja, cenas do Novo Testamento e passos bíblicos. Em suma, um verdadeiro museu que se fecha a «sete chaves», mas que, conforme lemos no citado *Relatório*... em breve estará patente ao público. Queira Deus que sim!...

Um aspecto do Arco do Rosário

Um pinturesco recanto de Alfama, na confluência do Beco das Canas com a Rua da Galé



As antigas nascentes que alimentavam as Alcaçarias do Duque chama o povo de Lisboa, tìpicamente, «A Fonte das Ratas»